



Gazeta Valeparaibana

Você é o que você lê!

EDITORIAL



Sem educação, não há democracia; sem democracia, não há educação.

Página 2

CRÔNICA DO MÊS



Mentir, roubar e matar para enriquecer. Os "valores" imperialistas

Página 3



Página 15

SETEMBRO						
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

+ NESTA EDIÇÃO

Página 5

"A TAXA DE SUICÍDIO CRESCER 30% DURANTE A QUARENTENA, MAS A GENTE SÓ VAI FAJAR SOBRE SUICÍDIO EM SETEMBRO."

Pandemia: O Brasil vive a banalização da morte?



A diplomacia cultural brasileira

Apesar das diversas variantes, a Língua Portuguesa é, dentre os patrimônios imateriais dos países lusófonos, o elemento cultural (mais importante e) comum a todos. Uma das línguas com maior número de falantes no mundo, cerca de 280 milhões de pessoas, o português é oficial em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Página 9

Guerras pela água e destino da América



Índia contra China, Egito contra Etiópia, Israel contra os palestinos – as Guerras da Água já estão aqui com os EUA, mas os legisladores americanos e europeus continuam desastrosamente cegos para elas. Isso certamente terá consequências catastróficas para as elites ricas, arrogantes e ridiculamente complacentes do Ocidente.

Página 6

Setembro Amarelo

////
SUICÍDIO

Página 7



A Paz tão sonhada

A paz sonhada, cantada, falada, perseguida por todos nós. A paz mundial, entre os povos, a paz individual, a paz de cada um, a paz geral.

EDITORIAL**Sem educação, não há democracia; sem democracia, não há educação**

O impedimento à uma educação crítica e de qualidade serve perfeitamente aos propósitos dos detratores da democracia

Se há algo que democracia e educação têm em comum, além do fato de uma não prescindir da outra, de não existir em plenitude sem a outra, é a profunda ameaça que paira sobre ambas no Brasil atual. Combalida desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, a democracia enfrentou mais um grave abalo nos últimos dias, com a negação do habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), num julgamento que não só rasgou a Constituição Federal — em especial o inciso LVII do artigo 5º da Carta Magna, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” — como contribuiu para solapar o próprio Estado Democrático de Direito.

No episódio, como se não bastassem todas as suas inconstitucionalidades e os vícios de um julgamento eminentemente político, a chantagem velada do comandante-geral do Exército, general Eduardo Villas Bôas, feita na véspera pelo Twitter foi o elemento estorcedor e tenebroso num cenário em que a ruptura democrática se escava cada vez mais.

Nessa relação simbiótica com a democracia, a educação sofreu danos consideráveis durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985, os quais são sentidos, dentro e fora das salas de aula, ainda hoje. Tantos que a existência de quem aplauda a manifestação do general e/ou reivindique uma intervenção das Forças Armadas é só um dos mais evidentes — e assombrosos — exemplos. Entre eles, está justamente o impedimento ao desenvolvimento pleno de uma escola pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada e sem discriminações de qualquer espécie, bem como o subjugo do poder econômico e do capital, responsável pela escancarada financeirização e desnacionalização do ensino superior e pela já não tão mascarada e ca-

da vez mais contundente privatização da educação básica à custa de dinheiro público.

Quatro anos atrás, quando do aniversário de 50 anos do golpe de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino — Contee publicou uma edição especial da Revista Conteúdo inteiramente dedicada a tratar dos impactos do regime ditatorial sobre a educação. A publicação comparou os efeitos da ditadura no ensino a uma bomba cujos efeitos, além da violência e da repressão — com estudantes, professores e trabalhadores em estabelecimentos de ensino perseguidos, torturados, mortos —, incluíram a aterrorização, o obscurecimento da visão crítica e a quase incapacitação do movimento pedagógico de interferir politicamente para a construção da soberania e do desenvolvimento social.

As mesmas forças que atacam novamente a democracia são aquelas que golpeiam a educação. Os impactos nefastos do governo ditatorial sobre o ensino — o controle da administração universitária, o exílio de professores, o comprometimento da qualidade da educação pública (aliado à ruptura de um modelo econômico de distribuição de renda atrelada ao arrocho salarial), a perda de qualidade na formação dos educadores, a mudança curricular (com a retirada de disciplinas cruciais para o desenvolvimento da reflexão crítica) — poderiam ser enumerados hoje como consequências do novo golpe. Está aí a reforma do ensino médio e a recente divulgação do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa fase da educação básica para comprovar isso.

Está aí a tentativa do Ministério da Educação (MEC) de ferir a autonomia universitária ao questionar a legalidade dos cursos sobre o golpe de 2016. Está aí o processo de financeirização do ensino e o tratamento da educação como mera mercadoria, e não como direito de cada cidadão, como determina a Constituição. Está aí o fim de um ciclo de políticas afirmativas de inclusão. Está aí a desprofissionalização do magistério. Está aí o movimento Escola Sem Partido, a censura e a criminalização de professores. Está aí todo um contexto de afronta ao ideal de educação transformadora e cidadã.

A luta em defesa do Estado Democrático de Direito é também uma luta em defesa da educação. Porque o impedimento à uma educação crítica e de qualidade serve perfeitamente aos propósitos dos detratores da democracia.

José de Ribamar Virgolino Barroso

LINGUA PORTUGUESA

Um dos requisitos mais importantes para falar um bom português é saber conjugar verbos de forma correta, mas aqueles mais difíceis. A Língua Portuguesa pode ser mesmo muito traiçoeira e os verbos são uma das suas partes mais complicadas de usar e perceber.

VERBO Prover

Eu provejo a todas as necessidades dos meus filhos.

Ele provê a todas as necessidades dos seus filhos.

Que eles provejam sempre a todas as necessidades dos seus filhos.

O verbo prover é frequentemente confundido com o verbo provir. A forma mais fácil de não errar na conjugação do verbo prover é entender que este verbo, sendo derivado do verbo ver, deverá ser conjugado como ele. O paralelismo com o verbo ver ocorre também com outros verbos derivados de ver, como prever e rever.

Eu vejo
Eu provejo
Eu provejo
Eu revejo
Ele vê
Ele provê
Ele prevê
Ele revê
Que eu veja
Que eu proveja
Que eu proveja
Que eu reveja

Colaboraram nesta edição**Colaboradores Fixos:**

Mariene Hildebrando
Genha Auga
Filipe de Sousa
Marcelo Goulart

Colaboradores eventuais:

José de Ribamar Virgolino Barroso
Evânia E. Reich
Rodrigo Duarte
Alceu Castilho
Claudia Weinman
Eduardo de Paula Barreto
Martin Sieff
João Sette Whitaker Ferreira
George Monbiot
Pedro Augusto Pinho
Edison Veiga

Fontes:

Callendar
vilipendio.blogs.sapo.pt
Reuters

IMPORTANTE

Todas as matérias, reportagens, fotos e demais conteúdos são de inteira responsabilidade dos colaboradores que assinam as matérias, podendo seus conteúdos não corresponderem à opinião deste Jornal.

A Gazeta Valeparaibana é um jornal mensal gratuito distribuído mensalmente em PDF para leitura e ou download na web

Diretor, Editor e Jornalista responsável
Filipe de Sousa - FENAI 1142/09-J

CRÔNICA DO MÊS

Mentir, roubar e matar para enriquecer – Os "valores" imperialistas

A política dos EUA é, desde há muito, uma permanente demonstração de força bruta e ilegalidade. Hoje faz lembrar a Alemanha Nazi nas vésperas da II Guerra Mundial.

Mike Pompeo: "Fui Diretor da CIA. Mentíamos, vigarizávamos, roubávamos. Tínhamos cursos de formação inteiros sobre isso"

Enquanto os EUA se afundam na crise do Covid-19 e o seu povo se insurge nas ruas contra décadas de crescente miséria, violência policial sem limites e discriminação racial, a política externa de Trump procura a todo o custo um conflito de grandes proporções para travar o declínio dos EUA.

Falando na Biblioteca Nixon sobre "A China comunista e o futuro do mundo livre" (23.7.20), Pompeo confessa que a política dos EUA face à China no último meio século visava a subversão, mas fracassou: "o relacionamento que visávamos não trouxe o tipo de mudanças no seio da China que o Presidente Nixon esperava induzir".

Após décadas a afirmar que a China progredia porque se tinha convertido ao capitalismo, mudam de ideias: "talvez tenhamos sido ingênuos sobre a virulência da estirpe de comunismo da China" diz Pompeo. "Temos de manter presente que o [PC da China] é um regime marxista-leninista. [...] A América não pode continuar a ignorar as diferenças políticas e ideológicas fundamentais entre os nossos países, tal como o PCC nunca as ignorou". Irado com os êxitos da China, Pompeo entra em delírio. Faz parte do governo que mais tratados internacionais rasgou, mas proclama: "Pequim ameaça os acordos internacionais".

As forças armadas dos EUA estão, às centenas de milhar, em bases espalhadas por todos os continentes, mas Pompeo vê

Cidades em transe

Na onda de lives que a pandemia gerou, em todas as análises de conjuntura, no campo das esquerdas, o foco central da discussão é Bolsonaro e o destino do país em relação a sua permanência ou não no poder. É verdade que vivemos um momento de inédita gravidade no âmbito federal, com um presidente denunciado à Corte de Haia por promover a intensificação de uma pandemia em vez de combatê-la, e que promove o maior desmonte já visto de uma série de avanços

um "império chinês".

Os EUA atacam quase todos os países e as suas empresas – mesmo de aliados – confiscam os bens da Venezuela, assaltam as propriedades diplomáticas da Rússia, Venezuela e China, mas Pompeo declara: "estou esperançado porque o PCC repete alguns dos erros cometidos pela União Soviética – alienando potenciais aliados, quebrando a confiança dentro e fora do país, rejeitando os direitos de propriedade e o Estado de Direito". Afirma: "se há algo que aprendi, é que os comunistas mentem quase sempre". Mas foi Pompeo que, na Universidade A&M do Texas (15.4.19), declarou para grande gáudio da sua assistência: "Fui Diretor da CIA. Mentíamos, vigarizávamos, roubávamos. Tínhamos cursos de formação inteiros sobre isso". E após os risos e aplausos da assistência acrescentou em tom sério: "Isso faz-nos refletir sobre a glória da experiência americana!"

Alguém pode pensar que Michael "minto, vigarizo, roubo" Pompeo precisa dum espelho. Mas o problema é mais fundo. Esta é a face eterna das potências imperialistas: mentir, roubar ... e matar para enriquecer.

Pompeo e todos os imperialistas têm saudades dos tempos em que a China era um país prostrado pelo ópio que o Império Britânico para lá traficava em larga escala, a partir da sua colônia indiana e que em meados do Século XIX representava 15% das receitas coloniais e 31% das exportações da Índia (Chossudovski, globalresearch.ca, 25.6.20).

Após duas Guerras do Ópio para defender essa "liberdade comercial", nas "concessões" coloniais arrancadas pelas potências imperialistas à China, afixavam-se cartazes proibindo a entrada nos jardins "a cães e chineses" (e por essa ordem...).

A pilhagem foi sempre o único "valor ocidental". E o ataque à China continuará, qualquer que seja o resultado das eleições presidenciais nos EUA.

Jorge Cadima

sociais conquistados em governos de esquerda, cujo ciclo foi ilegitimamente interrompido.

Mas o foco no desastre bolsonarista está fazendo com que a discussão sobre as eleições municipais fique em segundo plano, quase esquecida. Não que não se esteja assistindo a movimentações em torno delas, mas ocorrem quase que num ambiente de "normalidade", como se nada de estranho estivesse acontecendo. Como de hábito, pesquisas servem de combustível para

ALGUMAS DATAS COMEMORATIVAS

- 03 - Dia das Organizações Populares
- 07 - Dia da Independência do Brasil
- 08 - Dia Mundial da Alfabetização
- 10 - Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio
- 11 - Dia Nacional do Cerrado
- 14 - Dia do Frevo
- 15 - Dia Internacional da Democracia
- 17 - Dia da Compreensão Mundial
- 18 - Dia dos Símbolos Nacionais
- 19 - Dia Nacional do Teatro
- 19 - Dia Nacional do Educador Social
- 20 - Revolução Farroupilha (Dia do Gaúcho)
- 21 - Dia da Árvore
- 21 - Dia Internacional da Paz
- 22 - Início da Primavera
- 22 - Dia da Juventude do Brasil
- 23 - Dia Internacional das Línguas de Sinais
- 23 - Dia de Combate ao Estresse
- 25 - Dia do Rádio
- 25 - Dia da Radiodifusão
- 26 - Dia Interamericano das Relações Públicas
- 27 - Dia Nacional de Doação de Órgãos
- 27 - Dia Mundial do Turismo
- 29 - Dia Mundial do Petróleo

Veja todas as datas comemorativas do mês na nossa [BIBLIOTECA!](#) Disponível no site

Frases Soltas

Quem luta com monstros deve velar por que, ao fazê-lo, não se transforme também em monstro. E se tu olhares, durante muito tempo, para um abismo, o abismo também olha para dentro de ti.

Friedrich Nietzsche

...

Tudo é precioso para aquele que foi, por muito tempo, privado de tudo.

Friedrich Nietzsche

...

Com organização e tempo, acha-se o segredo de fazer tudo e bem feito.

Pitágoras

Apressa-te a viver bem e pensa que cada dia é, por si só, uma vida.

Sêneca

"viabilizar" candidaturas, centrando-se a discussão sobre a oportunidade de fortalecer um ou outro partido, em torno de "nomes salvadores". Não se discute uma mobilização política mais ampla e unificada das esquerdas, que se faz mais necessária do que nunca justamente neste momento de pandemia e de Bolsonaro, já que os prefeitos e vereadores têm um papel fundamental na construção orgânica de políticas locais que contenham o desastre em curso.

CONTINUA NA PÁGINA 10

A face escondida do sofrimento social em épocas de pandemia.

Cada vez mais a descrição da realidade do sofrimento tem sido constituinte de uma das tarefas essenciais de políticas fundamentais. Pensar as causas do sofrimento social através de um diagnóstico de realidades que não deveriam existir é um dos objetivos principais da filosofia. Ainda que seja impossível fazer uma teoria do sofrimento das pessoas, porque como diz o filósofo Ortega y Gasset; ninguém pode sentir a dor do outro, é possível teorizar as suas formas de expressão.

Essas formas de expressão estão presentes no mundo do trabalho, no mundo do desemprego, na vida dos moradores de rua, na pobreza, nas famílias em situação de vulnerabilidade, e tantas outras formas de vida.

A falta de trabalho, ou a sua má remuneração, ou a sua incerteza ou as pressões neste acarretam um prejuízo de cunho material e na maioria das vezes igualmente imaterial. O prejuízo material pode levar os indivíduos ao mundo da pobreza, da necessidade aos bens materiais mais elementares para a sobrevivência humana. E o prejuízo aqui designado imaterial leva os seres humanos a desqualificação social, à uma completa exclusão do mundo social.

Neste artigo a questão que eu gostaria de discutir é a de saber até que ponto as consequências da pandemia da covid-19 podem ser consideradas um sofrimento social e não um sofrimento individual. Em princípio o vírus causador da doença deveria ser considerado um fenômeno da natureza, da mesma forma que um tsunami, por exemplo. Afinal de contas nenhum sistema econômico ou governo teria criado o vírus ou a pandemia. (Ainda que seja correto afirmar que alguns governos foram mais vigilantes do que outros). Assim o sofrimento que tais fenômenos causam aos indivíduos, em princípio não poderiam ser considerados sociais. Isto é, não estariam relacionados às políticas de opressão, tais como advindas de governos neoliberais que oprimem os mais pobres, ou as classes trabalhadoras mais baixas na escala social.

No entanto, isso é uma meia verdade. Primeiramente porque devemos fazer uma distinção entre o vírus e a pandemia. Se nenhum governo ou sistema criou o vírus, não podemos afirmar com tanta certeza a respeito das causas da pandemia. A pandemia, distinta do vírus tem uma causa humana e suas consequências estão relacionadas em

grande parte com a maneira com a qual os governos lidam com a situação. O vírus, sua contaminação causam um sofrimento individual, mas as políticas empreendidas antes e durante a pandemia estão diretamente ligadas ao sofrimento desses indivíduos. Por isso podemos afirmar que a pandemia é causadora de um sofrimento social.

Na medida em que presenciamos um colapso do mundo do trabalho em diversas partes do mundo, e sobretudo em países mais pobres do globo, incluindo o Brasil, inevitavelmente as políticas governamentais estão envolvidas nas consequências deste colapso. O descaso, por exemplo, como o governo brasileiro vem tratando a pandemia reflete diretamente na vida dos brasileiros. Não somente em relação ao tratamento da doença, com falta de políticas de saúde sérias, bem como na assistência às famílias mais atingidas.

Aqueles que perderam seus empregos ou os que já viviam no mundo informal, e os que moram em periferias e morros, com infraestrutura bem precária não enfrentam a pandemia da mesma forma que aqueles que possuem uma renda mensal assegurada, ou que moram em bairros com boa estrutura. Da mesma maneira o indivíduo que pode trabalhar em "home office" não corre os mesmos riscos que aqueles que são obrigados a pegar um transporte público e enfrentar todos os dias a possibilidade de serem contaminados, no próprio transporte ou no contato físico no trabalho. Também o isolamento social e o fechamento das escolas colocaram milhares de crianças para dentro de casa. Claramente tem-se um problema com o cuidado dessas crianças. Enquanto a classe média está na sua grande maioria preocupada com a questão da perda de conteúdo escolar, o que não é ilegítimo, uma massiva parte dos pais brasileiros não tem onde deixar seus filhos, e muitas vezes nem como alimentá-los, haja vista que milhares de crianças pobres são nutridas na escola.

Essas e inúmeras outras situações não mencionadas aqui fazem parte da miséria ultrajante pela qual passam as famílias e indivíduos brasileiros. Seria ingênuo de nossa parte pensar que essas consequências da covid-19 nada têm a ver com as políticas empreendidas pelo nosso governo atual. O sofrimento causado pela falta de assistência e de políticas públicas voltadas aos mais pobres é evidente, e não tem nada de natural.

É de uma importância crucial e urgente que possamos falar desse sofrimento social. Há

um grande interesse pela parte do governo e do próprio sistema econômico capitalista em livrar a sua culpa em relação as consequências da pandemia, como se fosse uma fatalidade que não se pode evitar. Não somente o número de vítimas está ligado as políticas empreendidas no combate ao vírus, como também as consequências acima mencionadas.

Há uma gritante diferença das consequências da epidemia entre os diferentes países do globo. Muitos países europeus foram atingidos em larga escala, mas suas políticas voltadas ao combate evitaram mortes e adoecimentos, e por consequência sofrimento na população. Estas, que por confiarem em seus governos e em suas medidas se sentem muitos mais protegidos e menos vulneráveis, se compararmos por exemplo com o que ocorre no Brasil. Países como a Alemanha testaram massivamente a população. A França apesar de ter enfrentado, e ainda enfrenta grandes problemas, levou a sério o sofrimento de seus cidadãos. A Inglaterra apesar de ter negligenciado no início - e por conta disso esteve no topo dos países mais atingido - ainda assim deu uma assistência médica exemplar a todos os seus cidadãos, através do serviço público de saúde (NHS).

E o que acontece no Brasil? Uma política desastrosa, que não somente é precária em termos de serviço hospitalar, com enormes défices de leitos e respiradores, bem como a propagação de falsos tratamentos por parte dos governos, quer seja federal, estaduais e municipais. Cada qual segue um protocolo conforme suas crenças e interesses. Desnecessário listar os inúmeros escândalos que advieram do governo federal e dos federados desde o início da epidemia.

O fato é que esta política desastrosa está na base do sofrimento pelo qual passa uma enorme parcela da população. Os que fazem parte da classe dos protegidos neste país também sofrem de alguma forma pela insegurança de contaminação, mas com certeza menos em relação a grande maioria dos pobres do Brasil, que já sofriam muito pelo descaso constante de políticas que sempre os negligenciaram.

O fato é que com a epidemia tem-se a impressão que a negligência e o descaso destas políticas foram escondidas, invisibilizadas pela naturalização do vírus. Como se a catástrofe de 100 mil mortes e milhares de famílias jogadas ainda mais na pobreza e na sargeta fosse algo advindo da natureza. Nada de natural têm-se aqui.

Evânia E. Reich é doutora em Filosofia

DIA 07 - Comemora-se a Independência do Brasil

Uma boa data para levantar a questão: Será que somos independentes ou simplesmente mudamos de colonizador?

"A TAXA DE SUICÍDIO
CRESCEU 30%
DURANTE A
QUARENTENA,
MAS A GENTE SÓ VAI
FAJAR SOBRE SUICÍDIO
EM SETEMBRO."

Setembro Amarelo //// SUICÍDIO

Setembro é o mês dedicado à campanha de prevenção do suicídio, denominado "Setembro Amarelo". Esse movimento teve início no Brasil em 2015 visando conscientização sobre esse tema, bem como evitar seu acontecimento e no dia 10 acontece o "Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio".

Há organizações que atentam sobre isso e locais como o Cristo Redentor, o Congresso Nacional, o Paço Municipal de Fortaleza e outros são decorados com a cor amarela.

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde - o suicídio mata no Brasil mais que AIDS e câncer.

Esse assunto ainda está envolto em tabus e acredita-se que falar sobre o mesmo é uma forma de entender quem passa por situações que levem a essa ideia. A partir do momento que essas pessoas são identificadas, é possível serem ajudadas.

A depressão, o uso de drogas, álcool facilitam muito essas ocorrências e a prevenção é falar e escutar pessoas com essa tendência.

Além disso, materiais são disponibilizados para essa orientação como cartilhas com informações importantes, sinais de alerta e como prevenir.

O "Setembro Amarelo" surgiu com a história de *Mike Emme* de 17 anos que se suicidou em 1994 nos Estados Unidos. Tratava-se de um jovem com potencial e que restaurou um *Mustang 68* pintando-o de amarelo. Como era habilidoso, seus pais e amigos nunca perceberam seus problemas psicológicos e não puderam evitar sua morte.

No velório houve uma cesta com cartões amarelos com a mensagem: "Se você precisar, peça ajuda". Esse foi o início de um movimento na prevenção ao suicídio pois esses cartões chegaram às mãos de quem precisava realmente de apoio.

A OMS - Organização Mundial da Saúde em 2003, estimulada pela IASP - Associação Internacional da Saúde para a Prevenção do Suicídio - instituiu essa data como "Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio", embora no Brasil apenas em 2015 a CVV - Centro de Valorização da Vida e o CFM - Conselho Federal de Medicina juntamente com a ABP - Associação Brasileira de Psiquiatria, uniram-se para desenvolver o projeto relacionado a essa prevenção iniciando a campanha "Setembro Amarelo".

Com a criação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, instituída através da Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019 e, em consequência da triste história de *Mike Emme*, foi escolhido o laço amarelo como símbolo dessa luta.

Esse fenômeno, afeta indivíduos de diferentes origens, classes, idades e gêneros e os sinais de alerta podem aparecer num comportamento diferente, manifestações verbais que não devem ser interpretadas como chantagens emocionais, mas, sim como um risco real, pois pessoas com essas tendências costumam falar sobre morte, demonstrar baixa autoestima, visão negativa de futuro e expressar de maneira, escrita ou por desenhos.

São costumeiras as frases abaixo ditas por elas:

"Vou deixar vocês em paz".

"Eu queria dormir e nunca mais acordar".

"Querida sumir, desaparecer".

"Inútil querer mudar, melhor me matar".

Esses indivíduos também podem se isolar, não atender telefone, deixar de interagir nas redes sociais, ficar em casa fechados no quarto, reduzir ou cancelar tudo que normalmente gostavam de fazer e, assim, pensamentos e sentimentos os invadem até a decisão de se matar...

Quando uma pessoa nesse estado manifesta desejo de cometer esse ato, deve ser ajudada, levada a sério, escutada sem críticas, encorajada a buscar caminhos apropriados para essa ajuda, não deixá-la sozinha caso sinta que a mesma esteja impotente.

Surge sempre a pergunta: Por quê?

O comportamento intencional de tirar a própria vida é resultado da soma de diversos fatores de origem emocional, psíquica, social e cultural. O indivíduo busca na morte o alívio, uma forma de fugir daquilo que o deprime, que o exclui de maneira insuportável. Decepções amorosas, problemas familiares ou financeiros, depressão, transtornos de personalidade, abuso de substâncias químicas são alguns exemplos. Claro que nem sempre esses motivos atuam como causa direta, mas podem potencializar o risco da depressão e levar ao suicídio.

O suicida também tem desejos de vingança como, uma forma de punir pessoas próximas para que essas sintam-se culpadas, ter desejo de reencontrar-se com alguém que já tenha morrido...

Perigoso seria avaliar um comportamento de alguém que diz querer se matar banalizando-a como se apenas quisesse chamar a atenção, pois o ato contra a vida pode ocorrer num gesto impulsivo e a pessoa se vai para sempre e isso nos incomodará sempre também.

Nunca desista antes de tropeçar na chance de enfrentar a vida e de não se entregar à dor, ela um dia passará e você terá oportunidades de viver plenamente momentos maravilhosos.

Não desista!



Genha Auga
Jornalista MTB:15.320

Seja um voluntário



Trabalho voluntário aglutina pessoas de diferentes formações, idades, raças e credos

Vamos juntos transformar nossa sociedade

O trabalho voluntário (engajamento social) tem várias facetas interessantes, difícil achar defeitos nas oportunidades de trabalho voluntário, não por fazer parte deste contexto e trabalhar com este tema, pois realmente as oportunidades são ótimas, o que pode gerar transtornos são as "pecinhas" colocadas para exercer estas atividades, ou seja, nós seres humanos que muitas vezes complicamos as coisas simples.

Uma das facetas interessantes do trabalho voluntário é que aglutina pessoas das mais diferentes formações, criações, idades, raças, cores partidárias, religiões, etc., coloca todos juntos em uma mesma atividade com a necessidade de interação e discussão muitas vezes com pontos de vista dispares, mas com um objetivo a ser alcançado em prol de nenhuma das pessoas daquele grupo.

Essa faceta traz uma aprendizagem fantástica do diferente, do contrário, mas que tem que se alinhar para chegar a realização das atividades e todos saem felizes e realizados da prática.

Um exercício de cidadania, pois é assim que se constrói a sociedade, com a convivência, interação, mas na sociedade nem sempre estamos dispostos a abrir mão algumas vezes de nossas convicções para não causar ou entrar em um conflito, quase sempre desnecessário. Se você colocar em prática este, e somente este aprendizado na vida cotidiana, sentirá a diferença de deixar de discutir por causas banais.

O voluntariado é assim, coloca na prática a preocupação com algo maior, o ser humano cuidado, independente de quem possa ser este ser humano, uma prática salutar para a vida e para a criação de uma sociedade mais interessante de se viver.

O voluntariado convida para que juntos posamos fazer esta transformação, devagar, sem pressa, sem querer resultados imediatos, mas que o tempo possa trazer mudanças consistentes e perenes. Afinal de contas estamos aqui neste "planetinha" lindo, que temos estragado bastante, para isso, tentar salvá-lo.

Vamos juntos fazer isso? Pois fazer em turma é muito mais gostoso.

Você é muito bem-vindo.

Guerras pela água e destino da América

Índia contra China, Egito contra Etiópia, Israel contra os palestinos – as Guerras da Água já estão aqui com os EUA, mas os legisladores americanos e europeus continuam desastrosamente cegos para elas. Isso certamente terá conseqüências catastróficas para as elites ricas, arrogantes e ridiculamente complacentes do Ocidente.

O problema é particularmente grave nos Estados Unidos: de fato, ele cresce há meio século, mas alcançou dimensões tão enormes no século XXI que os formuladores de políticas neocon imperialistas republicanos, neoliberais imperialistas neoliberais democratas e verdes o ignoram.

Como isso pode ser? É porque todos os três grupos de ideólogos e formadores de opinião vivem predominantemente nas costas leste e oeste dos Estados Unidos. Em ambas as áreas, a água sempre foi abundante e o clima ameno.

Esses preconceitos regionais remontam a um longo caminho: eles explicam por que Theodore Roosevelt praticou o imperialismo elitista arrogante contra não apenas os infelizes povos da América Central e do Nordeste da Ásia durante sua fatídica presidência, mas também contra os habitantes do coração de seu país. Pois foi Roosevelt quem iniciou a prática bizarra de cortar grandes quantidades de terras privilegiadas em todo o país do uso humano e declará-lo Parques Nacionais, cultuado cegamente por todos os liberais e verdes até hoje.

As políticas de Theodore Roosevelt foram seguidas por presidentes posteriores, principalmente Ronald Reagan.

Hoje, 95% da população dos Estados Unidos permanecem concentrados em apenas sete por cento de sua área terrestre, em minúsculas bolhas suburbanas concentradas em torno de grandes cidades. No entanto, mais do que o dobro dessa área está isolada de qualquer uso produtivo da população americana porque é designada como Parques Nacionais.

No entanto, esses lugares vazios também são extremamente perigosos. Eles estão re-

pletos de predadores, tanto humanos quanto animais: milhares de pessoas, especialmente os jovens campistas, desaparecem todos os anos. É praticamente impossível obter estatísticas confiáveis sobre o assunto com o governo federal, que tem interesse em esconder sua própria incompetência criminal e deixar de portar seu próprio povo.

No mínimo, geralmente desarmados, os suburbanos românticos que sonham com as alegrias nutritivas da Natureza estão completamente perdidos sobre como sobreviver na selva quando se perdem e vagam até mesmo a algumas centenas de metros das estradas principais.

No entanto, a hegemonia republicana em todo o coração dos Estados Unidos se baseou no ódio de dezenas de milhões de pessoas excluídas dos principais recursos dessas políticas imperialistas românticas e arrogantes.

Este conflito de fato decidiu a eleição presidencial dos EUA de 2016. Isso explica por que todos os estados da Pátria, incluindo muitos com tradições democráticas “azuis” de longa data, inesperadamente ficaram “vermelhos” atrás de Donald Trump. A candidata democrata inefável e confiavelmente estúpida Hillary Clinton piorou muito o conflito com sua “guerra” ao carvão como combustível. (Os formuladores de políticas dos EUA têm o hábito infantil e repugnante de chamar todos os conflitos não violentos de “guerra”, tornando-os excepcionalmente inaptos à realidade).

Como a população dos Estados Unidos é tão urbana e concentrada, o Heartland, fora das principais áreas urbanas, agora é menos densamente povoado, incrivelmente do que há 200 anos atrás, quando colonos famintos por terras estavam se espalhando por ela como gafanhotos humanos.

Isso significa que as grandes populações concentradas em Los Angeles, Nova York, Chicago, San Francisco e Miami não têm idéia das verdadeiras realidades ambientais que existem por trás de seus românticos sonhos de política verde. Eles não têm noção de quanta água doce consomem ou quão limitado seu suprimento sempre foi, mesmo antes que a mudança climática global começasse a diminuir drasticamente os lençóis freáticos.

Esse desenvolvimento é uma notícia muito boa para a Rússia e o Canadá, já que já está liberando enormes áreas de terra e recursos inimagináveis em suas histórias nacionais. Mas isso significa que os sonhadores neo-imperialistas americanos desperdiçam seus recursos militares em desventuras loucas do Afeganistão à Ucrânia, quando realmente deveriam usá-los para salvaguardar os recursos hídricos de Nova York nas Montanhas Apalaches ou os de Los Angeles dos estados ocidentais famintos por água.

Isso também significa que os conflitos pela água em todo o mundo não estão na moda o suficiente para que os gênios auto-imaginados dos think tanks e plataformas de mídia de Washington prestem muita atenção. Eles preferem dar um sermão sobre a Rússia (que administra seus recursos hídricos extremamente bem) ou a China (que enfrenta enormes desafios com as mudanças climáticas e cujos líderes agora reconhecem totalmente o problema) do que enfrentar os problemas em seu próprio quintal.

Portanto, quando se trata de mediar os conflitos entre a Índia e a China sobre as geleiras que encolhem rapidamente e as reservas de água doce da bacia do Himalaia, ou o conflito implacável entre a Etiópia (que não deve ser subestimada) e o Egito (que teve sucesso zero no passado após 200 anos projetando seu próprio poder militar no extremo sul do rio Nilo), os formuladores de políticas de Washington não têm idéia.

As guerras da água já estão com os EUA: e provavelmente entrarão em erupção com a virulência mais inesperada nos Estados Unidos primeiro.

A agora provável vitória do democrata Joe Biden na eleição presidencial dos Estados Unidos em novembro vai romper os laços cívicos sobre essa e outras questões relacionadas, embora, como de costume, a Rússia e a China sejam o bode expiatório das ineptas falhas dos legisladores de Washington em antecipar ou lidar com a crise.

A água doce é o recurso essencial para o mamífero aquático conhecido como raça humana: a perda será fatal para centenas de milhões. Para o povo americano, esses fatos inconvenientes estão prestes a causar impacto – forte.

Martin Sieff

A formação da personalidade autoritária

O crescimento e a difusão de posições políticas neofascistas e até mesmo a eleição de políticos de extrema-direita – como nos Estados Unidos, Reino Unido, Hungria, Brasil – conclamam as consciências democráticas do mundo todo a não apenas se contrapor politicamente ao fenômeno, mas também compreendê-lo e sobre ele refletir em profundidade. Esse tipo de reflexão sempre teve na Teoria Crítica da Sociedade um esteio

importante, a partir da publicação, em 1944, de uma primeira versão da Dialética do esclarecimento, de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, para a compreensão em profundidade – e em detalhes – do autoritarismo. Naquele mesmo ano de 1944, uma obra não menos relevante começou a ser gestada, quando Adorno, ainda na condição de exilado nos Estados Unidos, foi chamado a coordenar um grupo de pesquisadores da

Universidade de Berkeley com o propósito de realizar uma investigação inédita. estadunidense.

O objetivo era identificar, em indivíduos considerados “normais”, elementos psíquicos que predisporiam sua adesão a posições políticas fascistas, não obstante o caráter “liberal” da democracia estadunidense.

CONTINUA PÁGINA 8

A Paz tão sonhada

A paz sonhada, cantada, falada, perseguida por todos nós. A paz mundial, entre os povos, a paz individual, a paz de cada um, a paz geral.

Tão desejada por todos que possui até um dia para ser lembrada e comemorada. O Dia Internacional da Paz é a celebração a não violência e a paz mundial entre as nações, comemorado em setembro. Nós tentamos alcançá-la, as nações tentam mantê-la.

Estar em paz, almejar a paz é um dos sonhos perseguidos pela maioria de nós. Estar em paz consigo e com os outros. Para isso podemos utilizar algumas técnicas, espirituais ou não, leituras e aprendizados, conhecimento interior, a busca pela paz interna, a busca por estar em paz com os outros e com tudo que nos rodeia. Viver no presente em harmonia com o que nos cerca, integrados a nossa realidade, com certeza é parte desse caminho. Aquilo que é fundamental para cada um. Agir de acordo com nossa consciência, querer o bem, fazer o bem, trazem essa sensação de bem-estar. Fato é que cada um tenta encontrar a paz a sua maneira, mas não é tarefa fácil.

A paz pressupõe justiça, humanidade, pensar no outro, alteridade, empatia, desprendimento. Difícil achar uma pessoa que diz: "estou completamente em paz", parece que sempre está faltando alguma coisa para que esse dia chegue. Será que somos nós com nossa insaciável ânsia por algo que nem sabemos bem o que é que não nos deixa alcançá-la?

É Próprio do ser humano estar sempre perseguindo algo, novos sonhos, novos queres, novos saberes. É uma incompletude e inquietude que toma conta de nós que nos impulsiona a progredir, então fico pensando, que distante estamos de alcançar a paz. Pelo menos para a maioria de nós esse nirvana tão sonhado está longe de ser alcançado. Sim o nirvana, no Budismo, é o estado de libertação do sofrimento, dos apegos "O nirvana é um estado de paz e tranquilidade alcançado através da sabedoria", diz a monja Coen Murayama.

Poderia pensar que isso parece tão distante de ser alcançado por uma simples mortal. Mas acredito em momentos de paz, momentos em que nos sentimos tranquilos com nossa consciência, com o mundo ao

redor. Existem momentos assim, em que estamos transbordando amor e compreensão, em que tudo parece mais colorido, mais vivo, e um desses momentos é quando estamos amando. Ficamos em estado de graça, não queremos "guerra" com ninguém. Então será que está faltando mais amor para a humanidade? Muitos povos estão em conflito, talvez amor seja o que falta. Quando dizemos estou com o coração em paz, quer dizer que nossa alma está assim, isso acontece quando tomamos determinadas atitudes que precisavam ser tomadas, quando tomamos algumas decisões necessárias para dar continuidade a nossa vida. Quando aquilo que fazemos está de acordo com nosso modo de pensar, enfim, existem várias situações que nos trazem essa sensação. Por isso temos momentos de paz. A paz é um estado de calma, sossego, harmonia, tranquilidade, ausência de conflitos e tantas outras coisas que se pode dizer sobre isso. É aquele sentimento ou aquela sensação de que está tudo certo, de estar tudo como deveria estar, nem mais nem menos.

A maneira de estarmos assim? Não existe fórmula, cada um vai achar o seu caminho para permanecer o maior tempo possível nesse estado de graça. Para alguns o caminho é a espiritualidade, para outros simplesmente exercitar o amor, a bondade a empatia, se despir de preconceitos, tirar o véu da ignorância, se colocar no lugar do outro e principalmente ser fiel ao que pensa. Agir mais de acordo com o coração também ajuda. Ficar livre de perturbações e preocupações não é para sempre, a vida não é assim, mas podemos ter mais momentos de paz em nossas vidas, mudando algumas atitudes, maneira de agir, estando mais receptivos as boas vibrações, emanar sentimentos bons, estar aberto para novos olhares. Sem tantos dramas, sem nos deixarmos consumir por problemas pequenos, sem estar sempre na defensiva, fazer mais o que nos dá prazer e deixa feliz. Estar em paz vai ser diferente para cada um de nós. Estar junto a natureza por um pode ser estar em paz, para outros que preferem o movimento de uma cidade grande pode ser o inferno.

Encontre o seu modo de estar em paz.

"Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho." (Gandhi)

Mariene Hildebrando

A minha bandeira

O branco da paz que se espera
O azul do céu e dos rios
O amarelo das riquezas da terra
E o verde das matas do Brasil
São banhados pelo suor
Que lava o meu temor
E desperta a alma guerreira
Me fazendo lutar sem medo
Tendo sobre o meu peito
A armadura da bandeira.

Ordem e progresso como lema
Democracia como sistema político
E como vigésima oitava estrela
O direito ao pensamento crítico
E o mastro como espada
Para defender a Pátria amada
Contra os traidores
Que de camisas amarelas
Gritam do alto das janelas:
'Que voltem os ditadores'.

Da minha bandeira faço manto
Da liberdade faço razão de viver
E para ser livre suporto o pranto
Lutando sem medo de morrer
E rompo os grilhões
Das ideologias e tradições
Que prendem minhas mãos
Impedindo que eu hasteie
A bandeira e assim peleie
Pela minha evolução.

Eduardo de Paula Barreto

21 - Dia da Árvore



Esta data foi escolhida por anteceder o início da primavera no Hemisfério Sul, que dependendo do ano pode ocorrer entre os dias 22 e 23 de setembro.

O objetivo deste dia é conscientizar sobre a importância da preservação das árvores e das florestas, incentivando a proteção do meio ambiente com atitudes que trazem benefícios à natureza.

A árvore símbolo do Brasil é o Ipê-amarelo. O Ipê-amarelo foi escolhido como símbolo da nação, pois quando suas flores amarelas caem no chão, principalmente em locais com grama verde, lembra-se da bandeira do Brasil.

Dia 21 - Dia Internacional da Paz

O Dia Internacional da Paz é celebrado anualmente a 21 de setembro. Esta iniciativa mundial foi estabelecida pelas Nações Unidas em 1981 e foi comemorada pela primeira vez em setembro de 1982. Em 2002 a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou oficialmente o dia 21 de setembro como o Dia Internacional da Paz.

Paz essa palavra tão calma e bonita cujo foco está tão difícil de alcançar o homem e a

A formação da personalidade autoritária

Essa pesquisa deu origem ao livro *A personalidade autoritária*, de autoria coletiva, publicado em 1950 e que tem sido considerado, desde então, um clássico da psicologia social. Uma obra que, de modo peculiar no momento presente, é revestida de enorme atualidade.

Embora os resultados da pesquisa tenham apontado para uma situação mais ampla que o preconceito em relação a judeus, o fato gerador da investigação foi um financiamento fornecido pelo Jewish Labor Committee estadunidense, que incluiu vários projetos sobre o assunto e influenciou também na inclusão do capítulo “Elementos do antissemitismo” na *Dialética do esclarecimento*. Além disso, havia também o “Projeto sobre o antissemitismo”, iniciado por Adorno e Horkheimer em 1941. Tratava-se de um trabalho essencialmente teórico, embora retomasse a pesquisa empírica iniciada ainda na Alemanha e intitulada *Estudos sobre autoridade e família*. Ambas as investigações – considerando-se também o referido capítulo da *Dialética do esclarecimento* – serviram de ponto de partida para a contribuição de Adorno em *A personalidade autoritária*, como fica patente na declaração dos próprios autores da pesquisa de que o “antissemitismo foi o ponto de partida para a investigação sobre o caráter autoritário”.

Em *A personalidade autoritária*, destaca-se um ponto de vista ético-político — não escamoteado em prol de uma suposta “neutralidade” científica — no qual os autores contemplam a possibilidade de explicitar os pressupostos psicológicos para o desenvolvimento de uma racionalidade mais substantiva, superior à instrumental que ainda hoje predomina de forma quase absoluta. Vale observar que um importante pressuposto teórico da pesquisa é de que o fascismo, embora seja um fenômeno de massas, tem sua gênese numa predisposição psicológica dos indivíduos, na medida em que “um caráter maduro aproximar-se-ia mais de um sistema de pensamento racional do que um imaturo. [...] Nisso baseia-se a convicção de que à busca pelos determinantes psicológicos da ideologia subjaz a esperança de que as pessoas possam se tornar mais racionais”. Levando em consideração a irracionalidade congênita às ideologias totalitárias, a esperança dos autores poderia ser

igualmente determinante na consolidação de uma democracia mais plena.

Entre os pressupostos da pesquisa empírica – que incluía preenchimento de questionários, fornecimento de dados, respostas discursivas a questões projetivas, entrevista ideológica, entrevista clínica e Teste de A-percepção Temática – estava a ideia de que as pessoas que demonstram susceptibilidade extrema para a propaganda fascista têm muito em comum, enquanto as que a rejeitam enfaticamente diferem muito entre si. Além disso, os autores do estudo externam a convicção de que “o antissemitismo, mais do que em propriedades reais dos judeus, repousa em fatores subjetivos da situação geral do antissemita”.

Vale ressaltar que o papel determinante ou não da propaganda antidemocrática no posicionamento político das pessoas depende fortemente da atuação de poderosas comunidades de interesse econômico. Não por acaso, a escala F (de fascismo) de medição de tendências autoritárias, obtida com base em um dos quatro tipos de questionário aplicados, foi estabelecida por Adorno diretamente vinculada à influência da indústria cultural sobre os indivíduos. A consideração desse fato pode explicar, aliás, por que “nesses casos o indivíduo parece não apenas ignorar seus interesses, mas até mesmo agir contra eles; parece identificar-se com um grupo maior, como se indagações menos racionais dos próprios interesses determinassem seu ponto de vista”.

O impacto determinante da indústria cultural no psiquismo dos indivíduos tem a ver com o fato de que o fascismo – diferentemente de outros regimes ditatoriais –, necessita de uma base de massa para ter sucesso como movimento político, o que significa que ele deve assegurar uma cooperação ativa, e não apenas uma submissão medrosa de amplos setores da população envolvida. Esse impacto ocorre porque a ideologia fascista veiculada pelos meios de massa corresponde à estrutura de caráter dos indivíduos integrantes dos mencionados setores, uma vez que “antigas expectativas, nostalgias, medos e inquietações tornam as pessoas receptivas a certas convicções e resistentes a outras”.

As características psicológicas que, de acordo com os autores, permitem aferir o grau de antissemitismo latente nos sujeitos da pesquisa foram: a) “convencionalismo”, ou seja, a fixação em valores aceitos de forma

convencional e acrítica; b) “submissibilidade autoritária”, a qual designa a submissão completa e acrítica a um líder; c) “agressão autoritária”, que é a tendência do autoritário a punir pessoas consideradas outsiders; d) “anti-intracção”, que significa uma reação extrema contra tudo o que é subjetivo ou imaginativo; e) “superstição e estereotipia”, que indica a crença na determinação mística do próprio destino; f) “pensamento de poder”, que designa a identificação completa com formas de poder; g) “destrutividade e cinismo”, que corresponde à hostilidade generalizada e gratuita; h) “projetividade”, a qual aponta para a projeção de pulsões sobre o exterior; i) “sexualidade”, que consiste na exacerbação no trato com processos sexuais.

Todas essas características, normalmente combinadas entre si em proporções diversas, constituem a alta pontuação de um indivíduo na escala F e, via de regra, estão relacionadas à integração defeituosa das leis morais em sua estrutura de caráter. Numa linguagem psicanalítica, dir-se-ia que a consciência ou supereu são imperfeitamente integrados no eu, entendido aqui como a unidade das funções de autocontrole e da autoexpressão do indivíduo. Pode-se supor, segundo os autores da pesquisa, que a internalização fracassada do super eu relaciona-se com uma fraqueza do eu, com sua incapacidade de executar a integração necessária do supereu com o eu.

Praticamente todas as características mencionadas relacionam-se igualmente com a “fraqueza do eu”: com a anti-intracção, porque o anti-intracção extremo não ousa refletir sobre fenômenos humanos, na medida em que se encontra inseguro sobre sua própria identidade. A superstição e a estereotipia também se ligam a “hábitos de pensamento proximamente aparentados com o preconceito, na medida em que não podem impedir também a atividade espiritual no âmbito extracção”.

Também à característica “pensamento de poder”, a qual se manifesta como demonstrações aparentemente gratuitas de força, “subjaz a hipótese de que a exibição exagerada de robustez não apenas pode refletir a fraqueza do eu, mas também o peso da exigência posta a ele, isto é, dominar a intensidade de certas necessidades pulsionais, que são reprovadas pela sociedade.

Rodrigo Duarte

Compromissos do Brasil sobre a Amazônia

Diante da ameaça de investidores europeus de desinvestir no Brasil por conta do desmatamento, a pressão política relacionada ao tratamento do país sobre o meio ambiente ganhou holofotes.

Leia a seguir compromissos internacionais e legislação brasileira que têm relação com a Amazônia.

Tratado de Cooperação Amazônica

Uma iniciativa brasileira, assinada em 1978, com os oito países que

detém parte da Amazônia: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O objetivo é promover o desenvolvimento integral da região e o bem-estar das populações, além de reforçar a soberania dos países sobre os territórios amazônicos. Em 1995, os mesmos signatários firmaram o Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, criando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organização internacional que detém secretaria permanente — localizada em Brasília desde dezembro de 2002 — e orçamento próprio.

CONTINUA NA PÁGINA 13



A diplomacia cultural brasileira

Apesar das diversas variantes, a Língua Portuguesa é, dentre os patrimônios imateriais dos países lusófonos, o elemento cultural (mais importante e) comum a todos. Uma das línguas com maior número de falantes no mundo, cerca de 280 milhões de pessoas, o português é oficial em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. E se hoje o Brasil representa a grande massa do contingente linguístico, estudos indicam que tal posição ao final do século XXI será ocupado por Angola e Moçambique.

Nessa perspectiva, a diplomacia cultural (e educacional), sem dúvida, é a forma de soft power que permite o estabelecimento de laços culturais e linguístico ao propiciar relações de confiança e respeito entre as nações.

No âmbito lusófono, para além das questões linguísticas, é de reconhecimento internacional as ações político-diplomáticas praticadas pelo governo de Portugal através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., organismo responsável pela supervisão, direção e coordenação da cooperação para o desenvolvimento, assim como pela promoção externa da língua e da cultura portuguesas.

Menos conhecido que o primo mais famoso, o instrumento de projeção da imagem do Brasil por meio de sua língua e de sua cultura advém da Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (DELP) vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A DELP é responsável por temas ligados à cooperação educacional entre o Brasil e os demais países, seja no relacionamento com organismos internacionais ou agências estrangeiras; seja para fins de oferecimento de bolsas de estudos a brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil. Ademais, cabe destacar que a DELP promove a difusão do português brasileiro ao coordenar a Rede Brasil Cultural (RBC), modalidade que oportuniza aos estrangeiros o estudo da Língua Portuguesa por meio das Embaixadas e Consulados espalhados em diversos países. Presente em quarenta e quatro países em cinco continentes, a RBC é formada pelos Centros Culturais Brasileiros, pelos Núcleos de Estudos Brasileiros e pelos Leitorados.

Os Centros Culturais Brasileiros (CCBs) apesar de terem sede e corpo de funcionários, funcionam como extensões de Embaixadas e Consulados. Além do ensino do idioma, os CCBs ministram aulas de dança, música, culinária e artes plásticas, dentre outras atividades. Atualmente, existem treze centros

nas Américas, seis na África, três na Europa e dois no Oriente Médio.

Unidades de ensino menores, os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) são espaços de aprendizado do português ofertados por Representações Diplomáticas brasileiras no exterior, ao apresentarem ao público estrangeiro os valores, crenças e comportamentos dos brasileiros, sobretudo, por meio da Língua Portuguesa. Estão localizados em quatro países nas respectivas embaixadas e consulados: Guiné Equatorial (Malabo), Guatemala (Cidade da Guatemala), Paquistão (Islamabade) e Uruguai (Artigas e Rio Branco). Nos NEBs, um professor é encarregado de oferecer cursos de português gratuitos, além de, atividades de difusão cultural, tais como festas típicas e música brasileira. O modelo dos NEBs é adequado para regiões fronteiriças, em que há, predominantemente, reparti-

ções consulares, e nas quais há demanda de aulas de português brasileiro. Entretanto, a maior vantagem desse modelo é a possibilidade de promover a cultura brasileira em espaços tradicionalmente pouco vinculados ao Brasil como, por exemplo, o Paquistão, e a Guiné Equatorial, país africano da costa atlântica onde se fala espanhol, além de idiomas locais, mas que hoje pertence à CPLP. De mais a mais, os NEBs também têm a função de avaliar a possibilidade de criação futura de Centros Culturais, a depender da demanda local e dos recursos humanos disponíveis.

Por sua vez, os Leitorados são formados por professores universitários brasileiros selecionados por concurso público para atuar em universidades estrangeiras de excelência. Durante seu período no exterior, os Leitores, como são chamados os docentes, ministram aulas da vertente brasileira da língua portuguesa, bem como trabalham temas relacionados às manifestações culturais do Brasil. Para os alunos, a experiência é válida por possibilitar futuro profissional em empresas ou instituições que buscam adensar relações comerciais e culturais com o Brasil. As vagas são oferecidas por meio de edital, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), responsável pela pré-seleção dos candidatos e submissão de lista tríplice às universidades, que então escolhem o leitor em definitivo. Os professores selecionados recebem bolsa do Itamaraty, além de contrapartidas fornecidas pelas instituições de ensino a que se vinculam. Há, atualmente, 23 leitorados brasileiros em atividade.

Quero, antes de terminar, voltar aos Centros Culturais Brasileiros. É neles que ocorre a preparação dos estudantes estrangeiros que visam obter o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), único certificado do gênero reconhecido pelo governo brasileiro. Organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o CELPE-Bras avalia a compreensão oral, a compreensão escrita, a produção oral e a produção escrita do(a) candidato(a) categorizando-o(a) em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. O exame é aplicado duas vezes ao ano no exterior. Atualmente, 23 dos 24 Centros Culturais Brasileiros são cadastrados na rede aplicadora do CELPE-Bras. Cada vez mais, a procura tem aumentado, dada a possibilidade de ascensão profissional e acadêmica a que obtém o certificado.

Aos interessados em frequentar o ensino superior em nosso país, o governo brasileiro disponibiliza o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Criado oficialmente em 1965 — regido desde 2013 pelo Decreto nº 7.948, que confere maior força jurídica ao

seu exercício — o PEC-G oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de

realizar seus estudos em 291 cursos de graduação em 119 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Atualmente, são 68 países participantes no PEC-G, sendo 28 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia e 6 da Europa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos selecionados. Entre as nações africanas participantes, destacam-se os países lusófonos Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. A explicação certamente passa pela ligação histórica e cultural que une o Brasil a esses países.

Marcelo Goulart
Geógrafo



23 - Dia de Combate ao Estresse

Para conscientizar a população sobre a importância do bem-estar, celebra-se, em 23 de setembro, o Dia Mundial de Combate ao Estresse. Um dos grandes causadores de desequilíbrios como a elevação no nível de hormônios que regulam o metabolismo, o surgimento de doenças cardiovasculares, a síndrome do cólon irritável e a fibromialgia (que provoca dores por todo o corpo por longos períodos), o estresse ocorre quando organismo é exigido a reagir por dias, meses ou anos a circunstâncias que demandem grande esforço físico ou mental.

Cidades em transe

(continuação)

É nos bairros pobres dos municípios que a pandemia faz mais mortos, mas isso não parece estar afetando muito os debates. Essa indiferença reflete a invisibilidade dos problemas estruturais urbanos locais em geral, que recaem sobre os mais pobres nas cidades. E a covid-19, por causa justamente desses problemas estruturais – falta de saneamento, densidade habitacional exagerada, coabitação familiar, transportes públicos lotados – tornou-se hoje um problema essencialmente dos pobres e cada vez mais “invisível” para os ricos, que já voltaram a frequentar seus bares e academias. Se a preocupação com Bolsonaro e seu enfrentamento é o centro das pautas de conjuntura, certo descaso com a questão local e os territórios de pobreza parece ser a continuidade de um “antigo normal”.

Nem sempre foi assim. Nos anos 1960 e 70, as reivindicações urbanas das periferias foram um vetor fundamental da mobilização popular, o que levou a uma atenção especial para os municípios no momento da Constituição de 88 e durante a redemocratização. O avanço mais marcante da esquerda no Brasil, enquanto no âmbito federal continuavam os governos conservadores (Sarney, Collor, FHC) foi, justamente, a atenção real ao povo mais sofrido nos municípios, graças a “gestões democráticas e populares”, majoritariamente do PT, mas não só, e que constituíram um ciclo virtuoso que em algum momento marcou um número significativo de grandes cidades do país. Ermínia Maricato costuma lembrar como programas como o Orçamento Participativo, as Escolas Integrais, os Mutirões Autogeridos, o Bilhete Único, tornaram-se vitrine da capacidade de enfrentamento das desigualdades urbanas, inclusive no plano internacional. Nosso “know-how” virou referência e, como ela diz, até o “corredor de ônibus” surgido em Curitiba (em gestões do PDT) correu o mundo e voltou para cá rebatizado de “BRT-Bus Rapid Transport”. Também foi o momento de grandes avanços nos marcos regulatórios urbanos, não só no planejamento, com os Planos Diretores, mas em áreas diversas como o saneamento ou a mobilidade, tema de leis federais relevantes.

Mas a vitória da esquerda em vários estados e, em 2002, para a presidência, talvez tenha feito com que – esta é uma hipótese – a problemática municipal ficasse de escanteio, diante dos novos desafios de gestão nos governos estaduais e, sobretudo, federal. Além disso, se o pacto federativo da Constituição de 88 foi um avanço, por outro lado seu arranjo fez com que os municípios ficassem com muitas responsabilidades, mas com poucos recursos para tal. Foi um pouco menos grave nas grandes metrópoles, mas um sistema de dependência financeira diante dos Estados e a União tornou as gestões dos municípios bastante difícil, e eles ficaram ainda mais sujeitos a acordos políticos (com os Estados, com parlamentares autores de emendas orçamentárias, etc.) para

sustentar-se. Enquanto avançamos nas disputas nacionalizadas, tanto nas sucessivas gestões presidenciais quanto em conquistas regulatórias – o Estatuto da Cidade, em 2001, é um excelente exemplo – nos municípios começamos a assistir um vai-e-vem de avanços e recuos, em gestões pontuais de esquerda, porém frequentemente destruídos por governos subsequentes ultraconservadores. O exemplo de São Paulo é sintomático, com governos extremamente inovadores do PT, intercalados por gestões de oito anos de prefeitos de direita que paralisaram tudo que vinha sendo feito (por exemplo, corredores de ônibus, CEUs...) ou destruíram as políticas de sucesso que haviam sido empreendidas (tomemos por exemplo o programa de redução de danos para a população em situação de dependência “De Braços Abertos”, na gestão de Haddad).

e o Brasil parecia decolar no âmbito federal e na sua visibilidade internacional, a situação urbana, sobretudo nas periferias pobres das grandes cidades, não melhorou substancialmente. Nas grandes questões estruturais – como o saneamento, a mobilidade urbana, a qualidade habitacional – houve avanços, mas claramente insuficientes. Por exemplo, São Paulo continua com cerca de 60% do seu esgoto não tratado. A situação geral nas cidades brasileiras nesse quesito, não obstante sermos umas das principais economias do mundo, segue calamitosa. O déficit habitacional continua inalterado, sobretudo em decorrência da desregulação urbana que gera preços de aluguel estratosféricos. A redução da miséria foi um fato incontestável, mas a redistribuição da renda promovida nas gestões Lula-Dilma afetou mais as classes C e D do que as faixas mais pobres da classe E, que se aglomeram majoritariamente nas periferias pobres das grandes cidades.

A necessária produção maciça de habitações para os muito pobres, promovida pelo Minha Casa, Minha Vida, não logrou resolver os desequilíbrios territoriais-urbanos, quando não os acentuou – muito em função, justamente, da pouca capacidade de enfrentamento político nos municípios. Muito da exagerada e inadequada expansão dos perímetros urbanos ocorreu em decorrência de ações políticas locais. São lógicas que afetam não só as ações de moradia, mas quase todas as políticas que incidem no território, onde assistimos a uma generalização das práticas perversas da política local. Políticos que fizeram de seus mandatos ad infinitum uma profissão, baseada em feudos eleitorais e na relação clientelista com suas bases, fazem com que, no Brasil, a política pareça alimentar-se da manutenção da pobreza local, ao invés de querer combatê-la. O fortalecimento nacional do “baixo clero”, o poder político alcançado por certas igrejas e pelas milícias, e até a ascensão do clã Bolsonaro são muito representativas desse fenômeno. Que infelizmente – não podemos esconder – também contaminou parte das esquerdas. Nas periferias urbanas, “promessas para resolver o impossível” tornaram-se demasiadamente comuns.

Porém, é nas cidades que os conflitos reais

pela terra se dão, que os coronéis ou poderosas famílias de políticos fazem valer sua força clientelista, e é lá que o combate e a mobilização unificada das esquerdas tornam-se fundamentais para resgatar a política no nosso país. Do contrário, como ocorreu por exemplo com o Estatuto da Cidade, os avanços não logram ser plenamente efetivados nos municípios, pois ali se faz necessário o enfrentamento político, que deixou de existir por conta dos arranjos locais. Por fim, a falta de uma reformulação da política nacional de segurança, que desmontasse a herança maldita da ditadura na estrutura policial e redefinisse a ação nos municípios levou a um descontrole e fortalecimento do crime organizado, primeiro o tráfico e depois as milícias, que hoje passaram a controlar efetivamente parte significativa do território urbano brasileiro.

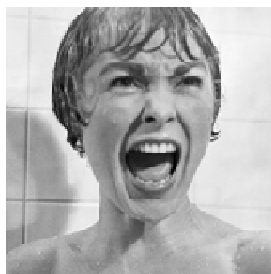
Assim, apesar dos avanços que o Brasil viveu desde a virada do século, uma legião de moradores de favelas, das comunidades pobres periféricas ou não, continuou a sofrer com os problemas urbanos estruturais de sempre, muitas vezes vivendo em um mundo paralelo onde não há Estado e onde as “leis” seguem outros parâmetros. Talvez um dos pontos mais sensíveis que a esquerda deva ainda avaliar seja a relação entre essa relativa permanência das condições de precariedade social-urbana nas grandes metrópoles e a ascensão – invisível no meio à euforia neo-desenvolvimentista – do poder evangélico e da extrema-direita bolsonarista, justamente nessa população mais frágil e facilmente manipulada. O Rio de Janeiro é o exemplo mais sintomático de uma situação que, visivelmente, parece ter definitivamente saído do controle de qualquer institucionalidade republicana.

Agora, às vésperas das eleições municipais, urge que os candidatos da esquerda acordem para essa situação dramática. A covid-19 deveria ter ao menos servido para isso. São justamente esses problemas estruturais nunca resolvidos que fizeram explodir a mortalidade da pandemia nos bairros pobres. Uma urgente mobilização nacional de todo o campo da esquerda frente a uma necessária revolução urbana deveria estar em curso. Essa deveria ser a pauta da análise de conjuntura a poucos meses de uma incerta eleição – e não a exclusiva discussão do cenário nacional, deixando os municípios se enfrentarem nas tradicionais discussões de poder em torno de velhos arranjos eleitorais. Até mesmo porque, se quisermos evitar a reeleição de Bolsonaro, seria urgente começarmos a reconquistar as cidades e transformar de fato as condições de vida daqueles que hoje são enganados pela ilusão de que será o bolsonarismo a fazê-lo. Mas a verdade nua e crua é que a política “da ponta”, aquela que dialoga diretamente com os cidadãos, está a tal ponto contaminada nas suas dinâmicas clientelistas, que talvez esse “desinteresse” pelas disputas locais seja resultado, na verdade, do interesse por que nada disso realmente mude. Há um status-quo conveniente, que nem a pandemia do Covid-19 parece ser capaz de mudar.

João Sette Whitaker Ferreira

Não!

A volta ao normal, não!



Uma sucessão de enquetes revela: populações rejeitam a “normalidade” que gerou consumismo, destruição, crises e catástrofes. Os donos do mundo querem forçar o regresso a este pesadelo. Mas a saída do labirinto terá de ser anormal

Em algum lugar do mundo, que não consta em nenhum mapa, mas que está tentadoramente perto, há uma terra prometida chamada Normal, para a qual algum dia poderemos voltar. Esta é a geografia mágica que certos políticos nos ensinam, como Boris Johnson com sua “significativa volta à normalidade”. É a história que contamos para nós mesmos — sem importar se a contradizemos logo em seguida, no próximo pensamento.

Existem razões práticas para acreditar que o Normal é um país imaginário ao qual nunca poderemos voltar. O vírus não desapareceu — e provavelmente continuará voltando em ondas. Mas vamos focar em outra questão: se essa terra existisse, será que gostaríamos de morar lá?

As pesquisas sugerem fortemente que não. Uma enquete realizada pela BritainThinks quinze dias atrás, descobriu que apenas 12% das pessoas gostariam que a vida fosse “exatamente como era antes”. Outra pesquisa, realizada no final de junho, encomendada pela rede Bright Horizons, sugere que apenas 13% das pessoas desejam voltar a trabalhar da mesma forma que antes da quarentena. Na mesma semana, um estudo da YouGov revelou que apenas 6% quer de volta o mesmo tipo de economia que tínhamos antes da pandemia. Outro estudo, realizado em abril pelos mesmos pesquisadores, demonstrou que apenas 9% dos entrevistados queriam retornar ao “normal”. É raro ter resultados fortes e consistentes como esses em quaisquer outras questões relevantes..

É claro que todos gostaríamos de deixar a pandemia para trás, junto com seus devastadores impactos na saúde física e mental, o recrudescimento da solidão, o fechamento das escolas e o colapso do emprego. Mas

isso não significa que queiramos voltar ao mundo bizarro e assustador que os governos definem como normal. O nosso planeta não era nenhuma terra encantada — era bem mais um lugar que acumulava várias crises letais muito antes da pandemia. Além de todas as nossas disfunções políticas e econômicas, a normalidade também precipitou a situação mais estranha e profunda que a humanidade já enfrentou: o colapso de nossos sistemas de vida

No mês passado, desde o confinamento de nossas casas, vimos colunas de fumaça subirem desde o Ártico, onde as temperaturas atingiram a assustadora marca de 38°C. Imagens apocalípticas como essa estão se tornando o pano de fundo de nossas vidas. Percorremos imagens do fogo consumindo a Austrália, a Califórnia, o Brasil, a Indonésia, e as normalizamos sem perceber. Em um brilhante ensaio, do início deste ano, o escritor Mark O’Connell descreve esse processo como “o lento atrofiamento de nossa imaginação moral”. Estamos nos familiarizando com a crise da nossa existência.

Quando se retoma a lógica de sempre, o mesmo ocorre com a poluição do ar — que mata anualmente mais pessoas do que o Covid-19 e aumenta os impactos do vírus. O colapso climático e a poluição do ar são dois aspectos de uma disbiose maior. Disbiose significa a devastação e desequilíbrio dos ecossistemas. O termo é usado pelos médicos para descrever o colapso de nossos biomas intestinais, mas é igualmente aplicável a todos os sistemas vivos: florestas tropicais, recifes de coral, rios e solo. Ele vem se desencadeando numa velocidade estonteante, devido ao efeito cumulativo da tal “normalidade” — que implica uma expansão perpétua do consumo.

Este mês, descobrimos que 10 bilhões de dólares em metais preciosos, como ouro e platina, são despejados em aterros todos os anos — embutidos em dezenas de milhões de toneladas de materiais menores, no formato de lixo eletrônico. A produção mundial de lixo eletrônico está aumentando 4% ao ano. E esse crescimento é impulsionado por outra norma terrível: a obsolescência programada. Nossos aparelhos são projetados para quebrar; são planejados, deliberadamente, para não ter conserto. Essa é uma das razões pelas quais um smartphone comum, que contém materiais preciosos extraídos com alto custo ambiental, dura apenas entre dois e três anos; e uma impressora

doméstica durará, em média, cinco horas e quatro minutos antes de ser descartada

O mundo vivo, e as pessoas que ele carrega, não conseguem sustentar esse nível de consumo, mas a vida normal depende dele. O efeito cascata dessa disbiose nos leva ao que alguns cientistas alertam que pode ser um colapso sistêmico global.

Nesse quesito, os resultados das pesquisas também são claros: não queremos voltar a essa loucura. Uma pesquisa da YouGov sugere que oito em cada dez pessoas esperam que o Estado priorize a saúde e o bem-estar acima do crescimento econômico durante a pandemia. Seis em cada dez gostariam que isso continuasse assim quando (ou se) o vírus diminuir. Uma pesquisa da Ipsos trouxe um resultado semelhante: 58% dos britânicos almejam uma recuperação econômica verde, contra 31% que discordam. Como em todas essas enquetes, a Grã-Bretanha fica entre os últimos da lista. De um modo geral, quanto mais pobre a nação, maior o peso que seu povo atribui às questões ambientais. Na China, na mesma pesquisa, as proporções são de 80% e 16%, respectivamente; e, na Índia, de 81% e 13%. Quanto mais consumimos, mais nossa imaginação moral se atrofia.

Mas os governos estão determinados em nos levar de volta à hipernormalidade, independentemente de nossos desejos. Nesta semana, o secretário do meio ambiente do Reino Unido, George Eustice, sinalizou que pretende acabar com o sistema de análises ambientais. A proposta do governo de portos “livres”, nos quais impostos e regulamentações seriam suspensos, não só possibilita fraudes e lavagem de dinheiro, como também expõe as áreas úmidas e os pântanos em volta, junto com a rica vida selvagem que eles abrigam, a destruição e poluição. O acordo comercial que o governo pretende fechar com os EUA pode anular nossa soberania parlamentar e extinguir nossos padrões ambientais — sem nenhum consentimento público.

Da mesma forma como nunca existiu um ser humano normal, nunca existiu um tempo normal. A normalidade é um conceito utilizado para limitar nossas imaginações morais. Não há um normal ao qual possamos retornar, nem desejar retornar. Vivemos tempos inusitados. E eles demandam uma resposta igualmente inusitada.

George Monbiot

Demoníacos poderes dos mitos

Ernest Cassirer (1874-1945), no “Ensaio sobre o Homem”, de 1944, escreve que “o mito parece ser apenas o caos”, se existe algo característico do mito “é o fato de que ele não tem pé nem cabeça” (Editora WMF Martins Fontes, SP, 2016, tradução de Tomás Rosa Bueno).

Francis Fukuyama, um dos ideólogos de Ronald Reagan, no céle-

bre artigo “O Fim da História” (1989), identificou o desmantelamento dos estados comunistas como o final da “evolução ideológica da humanidade”. Mas o que se viu, na verdade, foi a incrível mudança onde numerosos operários, sindicatos lutam pelo status quo, pelos valores tradicionais, pelo conservadorismo, e o capital financeiro pela total liberdade, pelo fim das fronteiras, pelo avanço tecnológico e pela cultura pantopolista.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Demoníacos poderes dos mitos

(Continuação)

Um dos mitos criados pelo liberalismo é o mercado. Ou como denomina a economista Loretta Napoleoni (Economia Bandida, Difel, RJ, 2010) o "Estado-Mercado". E exemplifica com Silvio Berlusconi, "vindo do nada, com conexões duvidosas com o mundo da política e do crime, ascendeu ao poder explorando o tribalismo do futebol italiano".

O mito deve ter raízes onde se inserem tradições, culturas, entre elas o esporte. Berlusconi, como analisa Loretta Napoleoni, "requeitou o simbolismo mítico do esporte que os italianos mais amam e o vendeu como a nova fórmula da política".

Aqui, o mito no Governo usou o inegável patriotismo militar para que, com sua farda, vendesse o Brasil para os capitais e interesses estrangeiros. Mas aprofundemos este Estado-Mercado, onde tudo, efetivamente tudo, é negócio.

A dicotomia esquerda-direita se explicitava nas visões antagônicas das igualdades, dos interesses de classe, bem como do papel do Estado e da propriedade privada no que diz respeito aos dispêndios. Ao Estado se pedia controle, moderação e, num extremo, sua total ausência, enquanto à iniciativa privada tudo se abria, invadia até serviços indispensáveis à população porém de baixo retorno financeiro. A própria expansão do poder.

Como se pode concluir, nos eleitores, no povo em geral, pouco ou nunca chamado a discutir política, tão somente a votar, e nos mesmos de sempre, reinava muita confusão nesta "globalização", para o que contribuía os próprios políticos e seus partidos. Além da comunicação de massa comercial, reforçando a pedagogia colonial.

Busquemos exemplo em Loretta Napoleoni. "Em 2006, o partido da coalizão da esquerda italiana, La Margherita – dirigido por Romano Prodi, fez campanha contra o aborto e a pesquisa com células-tronco. Em contraste, a Forza Itália, partido de Berlusconi, deu aos seus membros liberdade de voto nessa questão".

O populismo busca sempre um inimigo – a corrupção, o comunismo, o terrorismo – mesmo quando a justiça atua com rigor nos casos da corrupção pública (a corrupção privada, via de regra, é considerada inevitável aos negócios) e o comunismo e o terrorismo não têm qualquer expressão popular nem política, quando não ajuda a extrema direita com discursos radicais e infantis.

No Brasil, nas palavras do ex-presidente e maior líder do Partido dos Trabalhadores (PT), o seu governo foi o maior amigo dos banqueiros. Efetivamente, durante os 14 a-

nos de governo petista os bancos lucraram como nunca e os veículos de comunicação mais entreguistas foram mantidos pelos cofres públicos. É ou não um nó na cabeça das pessoas.

Logo tudo isso converge para um mito, sem pé nem cabeça, como afirmou Cassirer. E a passagem de um mito para um ditador é apenas uma questão de oportunidade, que o mercado pode criar ou uma comoção nacional facilitar.

Mas as contradições, a dialética das relações sociais nos oferece casos fantásticos.

No momento em que tudo se encaminha no Brasil para um total aparelhamento do Estado-Mercado pelos liberais, alguns militares e a imprensa golpista se transferem para um tipo de oposição. E fica difícil para um homem do povo separar o Presidente, em quem votou, do Ministro que este Presidente escolheu e agora repudia, do jornal/televisão que fez clara e descarada campanha para eleger estes políticos, para o executivo e alguns para o legislativo, e da assumida oposição que agora lhes devota.

Temos outro exemplo na citada obra de Napoleoni. "Na noite de 25 de dezembro de 2004, um ônibus passava por movimentada rua da vizinhança de San Pedro Sula, em Honduras, cheio de trabalhadores, quando, de repente, uma picape saiu de via secundária e bloqueou-lhe a passagem. Um grupo de encapuzados armados de metralhadoras e facões avançou em direção do ônibus e o invadiu. O massacre terminou em poucos minutos com 28 mortos, dentre os quais quatro crianças, e 14 feridos. Ao sair, os matadores pregaram um comunicado criticando o governo de Honduras por sua campanha contra o crime. A mensagem advertia: não se atreva a nos desafiar!" O objetivo da gangue era intimidar o governo e provocar gangue rival.

O fim da disputa ideológica passou a alimentar a disputa dos carteis de drogas, das organizações criminosas, muitas vezes associadas a partidos políticos e a governos. Hoje, com frequência assustadora, se identificam agentes de organismos estatais como a CIA estadunidense, o Mossad israelense, entre outros, favorecendo os marginais, os criminosos internacionais.

A queda do muro de Berlim, o desmonte da União Soviética levaram milhares de mulheres e crianças para a prostituição na Europa Ocidental e no Oriente Médio. Como é óbvio, formando uma classe de milionários saída deste crime. O mesmo passa a ocorrer com as guerras que os impérios e as finanças travam para avançar ou consolidar suas posições ao redor do mundo. Os contrabandos, as drogas, a prostituição, a venda de pessoas e dos órgãos humanos estão dispu-

tando com o petróleo e com os lucros bancários as maiores receitas do planeta.

E tudo converge para uma política incompreensível, onde não mais se identificam posturas à esquerda e à direita, mas sucessivas e esmagadoras farsas, onde os mitos desempenham um papel totalitário, sem necessidade de tanques nas ruas nem das violências, que se imputam a quadrilhas criminosas.

A repressão sai dos Estados para as milícias, e estas passam a servir ao Estado.

Os mitos não são todos iguais, mas apresentam sinais identificadores. Eles não tem projeto coerente, sequer projeto algum, de gestão. Soltam aqui e ali frases de conveniência ou slogans publicitários. E é tudo que se consegue de suas incapacidades administrativas. Mas sempre arregimenta um grupo religiosamente fiel, que o segue como manada bovina, num tropel alienado.

O mundo atual está mais uma vez atravessando momento de transformação social. Quase sempre estas mudanças são acompanhadas de guerras.

Há, aproximadamente, um século, o fim do colonialismo político-mercantil europeu e o surgimento do Estado comunista levaram a mais outra guerra. Esta guerra distinguiu estados industriais capitalistas de estados industriais socialistas. Tal situação, denominada guerra fria, perdurou até 1990, aproximadamente, quando ambos estados industriais foram substituídos por Estados financeiros ou Estados-Mercados, na designação da Loretta Napoleoni.

O fato verdadeiramente novo e desagregador, que vem produzindo mitos neste século XXI, é a inserção da economia bandida ou da economia dos ilícitos, no sistema financeiro, na banca, como designamos.

As desregulações financeiras, a proliferação de paraísos fiscais (só nos Estados Unidos da América – EUA – existem quatro estados federados que são paraísos fiscais), bancos centrais atuando unicamente para benefício das finanças, colocaram os capitais marginais, ilícitos – que mais facilmente se multiplicam e se impõem – na testa das empresas "gestoras de ativos".

E estas empresas gestoras de ativos, com patrimônios superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) da maioria absoluta dos Estados Nacionais, os transformam em Estados-Mercados. Então não serão líderes, estadistas, políticos comprometidos com o povo ou mesmo com elites nacionais que governarão. Estes estados estarão gerenciados por mitos, sem pé nem cabeça, mas extraordinariamente cordatos ao capital financeiro, à banca. E as drogas, o crime, as milícias serão os seus principais assessores.

Pedro Augusto Pinho

Compromissos do Brasil sobre a Amazônia

(continuação)

Dentre os projetos, consta o Monitoramento da Cobertura Florestal na Região Amazônica (2011), feito em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no entanto, não distingue queimadas de incêndios naturais, comuns em florestas tropicais.

Acordo de Paris

Assinado em dezembro de 2015 por 195 países e entregue com ratificação brasileira à Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2016, o acordo firmado durante a 21ª Convenção das Partes sobre Mudança do Clima (COP21) busca reduzir a emissão de gases de efeito estufa no contexto do desenvolvimento sustentável.

Para alcançar o objetivo final do acordo, cada país elaborou os próprios compromissos, denominados de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês). Dentre outros, o Brasil se comprometeu a eliminar o desmatamento ilegal e restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas.

Fundo Amazônia

A proposta do fundo foi feita pelo Brasil em 2007, durante a 13ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Teve aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527

O objetivo do fundo, que advém de doações de governos estrangeiros e empresas, é apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

No relatório de atividades de 2019 do fundo, consta que foram recebidos aproximadamente 3,4 bilhões de dólares. Destes, 93,8% foram provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Desde agosto de 2019, no entanto, os principais investidores do fundo suspenderam os repasses ao Brasil.[nL2N25F0UT]

A Alemanha suspendeu o financiamento de 155 milhões de reais para projetos de preservação da Amazônia —não apenas do Fundo Amazônia, onde o país tinha uma participação menor— alegando uma “grande preocupação com o aumento do desmatamento”, enquanto a Noruega suspendeu o repasse de 133 milhões de reais ao fundo por discordar de mudanças feitas pelo governo Bolsonaro, que extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) em abril de 2019.

Um ano depois, em 28 de maio de 2020, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o Cofa seria recriado e presidido por e-

le, em substituição ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

A mudança ocorre após Salles ter sido duramente criticado por organizações de defesa do ambiente ao afirmar que o governo deveria aproveitar “momento de tranquilidade”, com a atenção da imprensa focada na pandemia de Covid-19, para ir “passando a boiada” em termos de mudanças na legislação ambiental.

Pacto de Leticia pela Amazônia

Acordo de cooperação firmado em 9 de setembro de 2019 pelos países amazônicos Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname a fim de promover ações para garantir a proteção da floresta.

Dentre 16 pontos listados, os signatários concordaram em estabelecer mecanismos de cooperação regional, trocar informações para conter o desmatamento, aumentar a vigilância da floresta com satélites, unificar e coordenar iniciativas para atender emergências causadas pelos incêndios e definir maiores investimentos com recursos próprios e da comunidade internacional.

Também se comprometeram a aumentar a vigilância para conter o desmatamento causado por madeireiros, o cultivo de folha de coca, a mineração e o uso do território da selva para a agricultura e a pecuária.

Sistema Nacional do Meio Ambiente

Criado pela Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e regulamentada por decreto, o Sistema Nacional do Meio Ambiente é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, formada por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental do país.

Assim, traçou a sistemática referente às políticas públicas brasileiras para o meio ambiente.

Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)

O programa do governo federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi lançado em 2002 e regulamentado por meio de um decreto de 20 de agosto de 2015. Foi criado com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto e longo prazos e promover o desenvolvimento sustentável na região.

O Arpa é financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) por meio do Banco Mundial; do governo da Alemanha, através do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW); da Rede WWFe do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, da Fundação Gordon e Betty Moore e do grupo privado Anglo American.

Dividido em três fases, o programa se encontra na última desde 2014 e apresenta duas metas para 2039: apoiar a criação de 6 milhões de hectares e consolidar 60 milhões de hectares.

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

Criado em 2004, tem o objetivo de reduzir de forma contínua o desmatamento e criar condições para a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

As ações são articuladas em torno de três eixos temáticos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle ambiental; e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

O plano está na 4ª fase de execução, cujo objetivo é criar mecanismos que incentivem a economia de base florestal e que contribuam para o desenvolvimento de uma matriz produtiva, economicamente competitiva e com menor impacto possível sobre a floresta.

As três fases anteriores foram responsáveis, respectivamente, por: criar 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação federais e homologar 10 milhões de hectares de Terras Indígenas (2004 a 2008); pensar no eixo Monitoramento e Controle, reduzindo as taxas de desmatamento (2009 a 2011); e aprimorar técnicas para monitoramento e controle ambiental e potencializar a destinação de terras públicas federais (2012 a 2015).

Código Florestal

A lei de 25 de maio de 2012 estabelece normas sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal; exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção de incêndios florestais.

O Código Florestal protege com mais eficácia as áreas remanescentes e com nível de desmatamento avançado, porque estabelece que ao menos 50% do bioma deve ser preservado. Para as florestas que não atingiram um grau tão elevado de desmatamento, legalmente ainda se pode desmatar até atingir metade da área original.

O código criou, dentre outros pontos, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma política utilizada por governos estaduais e federal e tida como instrumento para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Fomenta a formação de corredores ecológicos e a conservação de recursos naturais, a fim de melhorar a qualidade ambiental.

Na Amazônia, o CAR foi implantado em vários Estados e é usado em políticas públicas para fortalecer a gestão ambiental e o planejamento municipal, além de garantir segurança jurídica ao produtor.

Conselho Nacional de Amazônia Legal

Criado em 1995 por meio de decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o objetivo era controlar e coordenar atividades de ministérios federais e governos estaduais que fazem parte da Amazônia Legal.

Fonte: Reuters

O adeus às utopias e o chicote da barbárie

Por acreditarmos que as ilhas de civilidade se expandiriam naturalmente, nos distraímos do país brutal — e ele voltou na forma de fervores raivosos. Agora que estamos naufragos, percebemos o quanto restringimos nossas causas

DIREITA ASSANHADA

Nós nos sentíamos um tanto confortáveis nas ilhas de civilidade que este país tinha há alguns poucos anos, por algumas poucas décadas desde a redemocratização. E tivemos a ilusão de que elas se expandiriam, quase de forma natural, se apenas fôssemos dignos e seguissemos a marcha da Constituição e até mesmo se fôssemos um tanto conciliatórios — não era para sermos radicais, não é mesmo?

Essas ilhas encolheram e estamos cada vez mais naufragos.

Se a gente pudesse levar cinco coisas para uma ilha deserta, o que levaríamos? Esse exercício ancestral de imaginação ganha contornos mórbidos em meio a este país que implode. Com a velocidade do recuo só pudemos levar uma coisinha e outra, e diante disso restringimos nossas causas (é como se tivéssemos escolhido apenas algumas causas para levar adiante) àquelas que mais diretamente nos diziam respeito. Quase nos tornamos uns canibais.

Enquanto isso os direitos da infância foram sendo esquecidos. Durante os anos 2000 eles eram uma pauta bem mais ativa. Mas aí cada um passou a cuidar do seu assunto, a fazer com cada vez mais orgulho seus combates mais narcisistas. Não priorizamos as crianças, não demos mais a elas (a não ser no plano individual, em nossas famílias imediatas) o destaque que mereciam no espaço público, no debate público.

Não porque fôssemos uns calhordas. Mas talvez porque isso tenha sido planejado. Talvez tenhamos sido marionetes rumo ao fratricídio. Perdemos a noção de conjunto. E encolhemos as utopias, o tempo foi comprimido, nos tornamos mais imediatistas. A ideia de futuro (estamos a falar de crianças, afinal) foi sendo deixada de lado, as editoriais de educação e as míseras pautas que reservávamos para a infância foram sendo demolidas.

Penso em tudo isso ao tentar entender o desvio gigantesco que terá ocorrido em algum momento — essa gigantesca fratura no solo que não vimos, esse monumental buraco na camada de ozônio que não quisemos ver — para que tomássemos uma criança de 10 anos como assassina. (Salvo alguns casos estudados na psiquiatria, algumas crianças precocemente psicopatas, cruéis. Mas nossa distração para com a sociopatia pode ficar para depois.)

Quando eu tinha 10 anos eu jogava bolinha de gude e disputava gol a gol com meu irmão (ou destruíamos os vasos da minha mãe jogando paredão na garagem) e era um CDF na escola, estava na quinta série e

sentava quase sempre na segunda carteira, tirava ótimas notas e eu não sabia ainda o que era sexo (acreditem) e gostava de jogar bolinha de gude sozinho, jogava cartas sozinho. Não fui vítima de extrema violência, de alguma atrocidade, lembro-me bem que pude desenvolver minhas inadequações com certa liberdade.

Tempos depois, era repórter de um jornalão e coincidiu de cobrir muitas pautas relativas aos direitos da criança e do adolescente. Cobri muita Febem. Essa que chamam hoje de Fundação Casa. E me lembro de reportar maus tratos sistemáticos e de ouvir (sim, isto não é uma absoluta novidade) de colegas de redação que aqueles meninos eram mais parrudos que muito adulto. “Leva o Champinha para casa, então!” (Esse foi o título de um artigo de jornalista que andou pela Veja e hoje dirige uma revista de extrema-direita.)

Escrevo tudo isso para tentar entender de qual pântano terá emergido não a Sara Winter (pois exatamente ela talvez entre no tema que deixei de lado, acima), mas seu séquito de apoiadores fanáticos, esses que gostaríamos de ver como zumbis, mas são nossos pares, nossos colegas, nossos vizinhos. Essas pessoas acabaram de sair, insaciáveis, da fogueira que matou Joana D’Arc ou temos alguns elementos mais recentes, nesta sociedade com outros tipos de espetáculo, que expliquem melhor a barbárie atual?

Não tenho muita dúvida em relação ao fato de o bolsonarismo ser mais um sintoma do que uma causa. Esses vizinhos e parentes tão fálicos, com essas tochas, apoiam Bolsonaro e aceitam um genocídio porque, em algum momento, a gangorra da barbárie subiu vertiginosamente, nós nos esquecemos dos adolescentes em conflitos com a lei (eles continuam sendo espancados) e erguemos ainda mais nossos muros. Não nos preocupamos mais com nossas crianças e nossas meninas — Gilberto Dimenstein morreu com seus temas fora de moda.

E tudo se inverteu. Ou melhor, se amalgamou, ou se inverteu brutalmente como amalgama. Os assassinos passaram a definir os assassinos como se não fossem assassinos, os corruptos passaram a definir outros corruptos como corruptos, desde que conviesse a objetivos que nada tivessem a ver com corrupção, e a Sara Winter se tornou possível porque a variação súbita de paixões passou a ser algo quase recomendável. Passamos a jogar uma roleta-russa coletiva. E as crianças ou foram convidadas a brincar também de ódio (o ódio nas redes foi sendo antecipado), ou esquecemos que elas são alvos naturais nessa cultura da destruição, da morte.

Desconfio que a luta contra essas pós-senhoras de Santana não deva se restringir à estupefação com suas rezas macabras, com seus fervores raivosos, com suas tochas compungidas. E não que não tenhamos de pensar em lutas convencionais contra as tochas compungidas, mas penso que falta entender em que momento exato nos fodemos, deixamos que tudo ficasse misturado a ponto de essa mescla (como um cân-

cer maldito mesmo) pudesse crescer do lado da barbárie, e não da civilização.

A adesão à barbárie — linguagem que, em tese, os bárbaros dominam melhor que a gente — talvez apenas atice esse fogo que matará novamente Joana D’Arc (não fui eu que matei, fomos todos nós) e a dignidade de cada criança de 10 anos, não apenas essa que está agora ameaçada por essas tochas. Até porque adesões à barbárie costumam ser mais sutis do que gostaríamos de supor. A invisibilidade do abuso sexual, da violência sexual contra crianças, por certo nunca deixou de existir. Mas por que deixamos de falar desse tema nos últimos anos?

Eu tenho medo que o tio da menina seja um herói para seus filhos e um respeitável homem de bem no seu trabalho, na sua patota que joga futebol às quartas. Mas não somente que ele seja um herói para esses filhos e colegas pelo que ele tenha dito ou feito de explicitamente nocivo aos nossos olhos resistentes, mas pelo que o tio da menina e da Sukita e do pavê represente (e não apenas como vilão evidente, portanto) de naturalização coletiva de códigos que deveríamos ter repudiado com mais ênfase, há algum tempo.

Mais ou menos como se, além de tudo, tivéssemos de nos defender de nós mesmos. Seja de nossa passividade, seja dos espasmos súbitos de justiça. (Notem que não estou a pregar ausência de reações de legítima defesa, de desobediência civil ou mesmo de violência quando for o momento de retirarmos violentadores em série de nossas instituições e de nossos portões. E sim que tudo isso só poderá ser feito a partir de uma linguagem que não esteja amalgamada com a dos adversários.)

E não que a culpa seja das vítimas ou dos resistentes, claro. Mas supostamente estou me dirigindo a vítimas e a resistentes, àquelas que ainda conseguem, em tese, identificar que estamos ilhados e essas ilhas civilizatórias estão encolhendo e os piratas estão vindo com sangue nos olhos, eles querem nossas ilhas para plantar mais soja e atear fogo em nossas artes e nos contaminar com doenças palpáveis e pandemias impalpáveis, eles farão isso e ainda dirão que estamos a desafiar o sagrado direito à propriedade e que a nossa defesa será um atentado às cruzes que eles portam — nós, despejados, é que seremos definidos como os culpados.

Por isso precisávamos ter defendido com mais ênfase os meninos da Febem e os bebês indígenas mortos por diarreia, as verbas congeladas da educação e (mil vezes mais) cada criança assassinada pela polícia no Rio e em nossas fuças. Nós naturalizamos o avanço da barbárie até onde não pudemos mais e aí as pós-senhoras das tochas começaram a ser conduzidas pelo vácuo, esse que foi ocupado pelos Bolsonaros e pelas Saras, em meio a este nosso inverno, esse cansaço disfarçado de gritarias pontuais, esse assassinato das utopias em nome de individualismos múltiplos.

Alceu Castilho

Pandemia: O Brasil vive a banalização da morte?



Há mais de três meses, em 19 de maio, o Brasil registrou pela primeira vez mais de mil mortos em 24 horas em decorrência da covid-19. Desde então, a situação epidemiológica do país, que já soma oficialmente mais de 113

mil óbitos pela pandemia, estabilizou-se em um trágico platô.

Se a situação sanitária parece longe de estar sob controle, por outro lado os discursos são de retomada de economia: há dois meses as atividades vem sendo gradualmente reiniciadas em todo o território nacional, o isolamento social se afrouxa, e está sendo discutida a reabertura das escolas.

Para o antropólogo, cientista social e historiador Claudio Bertolli Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e autor do livro *História da Saúde Pública no Brasil*, o país vive um cenário de "banalização da morte".

Ele entende que isso é decorrente de uma dimensão política — a maneira como o governo federal conduziu e conduz a situação —, de uma aceitação social — o discurso de que "demos azar" ou de que quem tem comorbidades iria "acabar morrendo mesmo" —, e por fim, de aspectos culturais.

"O presidente Jair Bolsonaro é fruto da sociedade brasileira que, historicamente, banalizou a morte, desde aquele papo que 'bandido bom é bandido morto'", diz Bertolli Filho, à DW Brasil. "Há ainda uma tendência de nossa cultura, para sobrevivermos psicologicamente, a enfrentar o momento pandêmico negando as mortes, mostrando-nos imunes a ela."

"É quando rejeito pensar que aquele que morreu é parecido comigo e eventualmente poderia ser eu próprio. Quem morreu é 'o outro', o 'da periferia', o que 'tinha comorbidades', o que 'não seguiu as normas sanitárias'", exemplifica o acadêmico.

Já para o historiador e sociólogo Mauro Iasi, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor de *Política, Estado e Ideologia*, a sequência diária de mortes, transformadas em estatística, acaba naturalizando-as à população.

"Quando nos vemos diante de um número elevado de mortes, como em um acidente, por exemplo, isso nos choca pela quebra desta aparente casualidade. No caso da pandemia, o ritmo diário das mortes, sua matematização pelas estatísticas, tende a devolver o fenômeno para o campo da casualidade, naturalizando-o", argumenta ele.

Iasi exemplifica citando as mortes provocadas anualmente pela ação da Polícia Militar no Brasil — 5.804 em 2019. "A rotinização do fato faz com que se banalize o fenômeno, como parte da vida e, portanto, abrindo espaço para sua negação."

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), o jornalista, economista e cientista político Bruno Paes Manso compara a sensação transmitida pelas mortes do coronavírus àquela em relação as vítimas de homicídio no país.

"Os grupos que morrem são vistos como aqueles que, de alguma forma, tinham justificativa para morrer. No caso dos homicídios, são as pessoas 'que procuraram seu próprio destino'. [Para a opinião pública] a vítima é culpada da morte: são negros, pobres, moradores de periferia, suspeitos de serem traficantes", comenta. "Existe uma certa ilusão de que as mortes se restringem a determinados grupos vistos pelas pessoas como aqueles que 'podem morrer'. Is-

so gera não a banalização, mas uma tolerância a esse tipo de ocorrência."

Ele acredita em uma lógica um tanto parecida nos óbitos decorrentes do coronavírus. Na racionalização, aponta o pesquisador, a opinião geral é de que a doença não atingiria os próximos, mas sim aqueles vistos como "o outro": o idoso, aquele com comorbidades, os de alguma forma mais vulneráveis. Este raciocínio é balizado pelo que ocorre nas principais cidades — em geral, os distritos com maior número de mortos estão localizados nas periferias.

Desamparo

"O medo da morte iminente que vem junto com a pandemia mobiliza tanto conteúdos de medo e de desamparo, quanto uma espécie de negação coletiva, já que não existe nenhuma figura real de autoridade, nem na ciência, nem na política, que dê conta de 'funcionar' como figuras paternas ou maternas que possam cuidar ou proteger contra a morte", analisa a psicóloga Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). "Até porque, em todo o mundo, por enquanto, ninguém sabe ainda como vencer essa ameaça comum a todos os seres humanos, com exceção da esperada chegada de vacinas."

Ela lembra que o fato dessas mortes serem divulgadas diariamente por meio de estatísticas numéricas também dificulta a "identificação" por parte da população. Isso só não ocorre, pontua a professora, quando as mortes chegam a círculos próximos ou vitimizam alguma celebridade.

Para o psicólogo Ronaldo Pilati, professor da Universidade de Brasília (UnB), o fenômeno não pode ser chamado de "banalização", mas sim de "minimização". Ao recordar da comoção que houve no Brasil quando a Itália registrava cerca de mil mortes em um dia, por exemplo, ele ressalta que era um momento em que os brasileiros estavam "mais atentos e conectados à questão", já que o mês de março foi quando diversas medidas de quarentena e isolamento social foram implementadas de fato.

"Com o passar do tempo e a maneira ineficiente com que o Brasil enfrentou a pandemia, houve uma mudança de comportamento", observa. "Não houve enfrentamento coordenado [da questão] e isso confirmou a expectativa de desamparo que o brasileiro tem quando depende do Estado para a resolução de problemas."

No livro *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*, a antropóloga americana Nancy Scheper-Hughes relata como mães brasileiras de favelas com altos índices de mortalidade infantil acabam lidando com os óbitos de seus filhos. Para a pesquisadora, a impotência faz com que essas mulheres acabem se conformando com a partida daqueles "mais fracos", exercendo uma espécie de triagem para favorecer os bebês mais saudáveis, com mais "talento para viver".

Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o antropólogo e sociólogo Marko Monteiro concorda que essa sensação é decorrente da desigualdade social brasileira. "Convivemos com a morte historicamente, desde a formação do país, a maneira violenta como foi construída a nação. Nossas ações cotidianas são permeadas por violência", resume. "A banalização é consequência disso: os números mostram que quem está morrendo mais são as pessoas de áreas periféricas, negras, sem acesso... São os fatores modificáveis."

"Então temos mecanismos sociais e psicológicos para conviver com essas mortes, que muitos consideram inevitáveis. É a clássica atitude do 'eu não sou coveiro', do 'e daí?'... Por que isso ressoa em muita gente? Porque há a ideia de as mortes eram inevitáveis, que essas pessoas morreriam de qualquer jeito", afirma.

Edison Veiga



Gazeta Valeparaibana

Você é o que você lê!

O racismo, outra vez

Tal como acontece com os incêndios, dos quais só se fala quando se vê o fumo a cobrir o céu e gente desesperada com baldes de água na mão, o racismo só existe quando há uma notícia para chocar e uma polémica para alimentar. Só havendo sangue e gritaria é que um assunto passa a ser de relevância nacional.

Mas se é assim que tem de ser, pelo menos que se utilizem estes momentos para trazer à tona alguns factos, momentos e acontecimentos dos quais todos nós temos conhecimento mas que, por um motivo ou outro, decidimos ignorar.

Trabalho na Urgência de um hospital público onde é rara a semana onde não se ouve um comentário do género "mas eu vim a um hospital para ser atendida por um médico preto?" ou outras belas coisas parecidas. Por vezes, são apontamentos mais dissimulados, por vezes mais descarados como o exemplo que dei. Por vezes basta um levantar de uma sobancelha aquando da abertura do gabinete do médico. Os colegas de cor, de qualquer profissão que sejam, já habituados a essa reacção, não fazem disso caso. Têm mais do que fazer e já é tão habitual que perde significado. E essa é a consequência mais grave: a normalização da situação.

Chega a ser tão normal que um canal de televisão mete, de forma diferida e, portanto,

O moço não tinha celular

Fila de mais de 200 pessoas e o moço não tinha celular.

Cheguei cedo e já tinha uma fila de 50 pessoas. Olhei e já senti três tipos de dor de garganta. Somaram-se mais 30 atrás de mim quando o segurança que estava consultando a necessidade de cada pessoa, me avisou para fazer uma cópia do meu documento. Cruzei a rua e perdi o lugar. Os outros 30 também perderam para os outros 50 que tinham chegado e assim fomos nós, revezando nos lugares.

Um cara, de meia idade, por aí, estava na minha frente na central cópias. Olhou para a prateleira e me disse: "Tá barato até o material escolar né!" Eu respondi: "Pois é, não está tendo mais tanta saída, pra ti ver, se está nesse valor, o quanto o pessoal tira em cima, né!"

O mesmo cara seguiu na minha frente na fila da Caixa. Já que ele deu papo, aprovei-

sem o azar do direto, uma testemunha do assassinato do Bruno Candé a dizer algo como "ele apesar da cor que tinha, não fazia mal a ninguém". Quando ouvi isto, ia-me caindo na goela o pedaço de bife que degustava. Gente a dizer barbaridades é uma coisa, mas um canal transmiti-lo conscientemente é aberrante.

Vamos a outro exemplo. Há uns tempos andei à procura de casa para alugar. Vi cinco casas no total. Uma das conclusões a que cheguei é que arranjar casa com um tom de pele diferente do santo-imaculado-intocável branco é tarefa hercúlea. Das cinco casas, em duas disseram-me abertamente que não alugavam a "pretos e brasileiros" e outra que não estava disponível para "gente estranha". Ora, portanto, no que toca ao acesso à habitação, algo que - digamos - é essencial para se poder viver, a experiência não é igual. A montanha que se tem de subir é maior. A dificuldade não é só o preço da mesma, é conseguir passar a imagem de seriedade que um branco, em princípio, não terá de passar.

Isto é racismo, do mais duro, incompreensível, primitivo e abjeto que se pode imaginar. E não é só na extrema-direita dos Venturas ou nas caixas de comentários dos sites da bola. Não, é um racismo no dia-a-dia, na vivência normal do quotidiano. É um racismo em coisas tão básicas como o respeito pela profissão de alguém ou na obtenção de uma casa para se viver.

tei para falar bem alto sobre o meu sentimento quanto ao ser que governa o Brasil. Pensei, que se dane, já que ele chamou pra conversa mesmo que mantendo à distância, vamos fazendo o nosso trabalho de prorear com o povo sobre essa tragédia que se diz presidente.

Logo, aproximou -se um conhecido nosso e ficou falando comigo de longe. Quanto mais distante, mais eu levantava a voz pra dizer que o Bolsonaro tem culpa sim diante dos mortos desse país.

Quando o amigo foi embora, voltei a conversar com o moço que parecia assustado. Ele me pediu: "Tu acha que vai até quando essa desgraça"? E eu pedi: "Qual? O Bolsonaro"?

E ele disse: "Não, o coronavírus".

"Ah", resmunguei e segui: "Quando essa praga do Bolsonaro cair".

Ele me olhou, se escorou em um pé de coqueiro mais perto da rua e gritou pra mim:

"Moça, tu é professora"?

"Não, sou jornalista".

Se nos EUA, onde o racismo também existe pois claro, há uns anos tiveram um presidente negro, em Portugal todos sabemos que isso está a muitos anos de distância. Os motivos são vários e não cabem nesta pequena dissertação, mas vão desde o acesso à habitação, passam pelo acesso à educação e culminam na visão que a sociedade tem dessas pessoas. E aí há países que são uma lição para Portugal. Porque mesmo um médico, com o seu curso tirado na Faculdade de Medicina de Lisboa (e não numa garagem qualquer), não é visto com os mesmos olhos, mesmo quando - e aqui entre nós - é bem mais competente e sério que o colega ao lado, branquinho como a cal.

O racismo existe. E está na hora de se falar dele todos os dias, em todos estes momentos. Está na hora destas reacções começarem a fazer-se acompanhar de uma outra reacção. E essa reacção não pode ser só da vítima mas de todos nós. De todos nós que nunca ouviram "volta para a tua terra!". Há medo de o fazer, porque em Portugal há medo de quase tudo.

Se continuarmos a ficar calados e falarmos apenas quando há um crime hediondo para discutir na televisão, então seremos tão culpados como os que olham para seres humanos e os qualificam consoante a melanina na sua epiderme.

Fonte: vilipendio.blogs.sapo.pt

Ele voltou, sentou -se na escada de uma loja e disse: "Achei um banco".

Dali até a porta da Caixa ele seguiu reclamando da fila e eu do Bolsonaro. Até que o moço engravatado, todo trabalhado na máscara branquinha, na aliança sei lá quantos quilates, de mãos lisas e unhas feitas, olhou para o moço na minha frente e disse: "O senhor não baixou o aplicativo do Caixa Tem no seu celular. Precisa baixar".

O moço, já puto da vida de tanto me ouvir falar do Bolsonaro disse: "Mas eu não tenho celular! Foi meu patrão quem baixou pra mim, eu não tenho celular, você pode me ajudar ou não"?

Ele recebeu a senha e foi encaminhado direto para o caixa eletrônico para sacar o auxílio.

Eu concordo com aqueles versos no Mauro lasi, sobre a parte que ele fala que quando o povo perder a paciência vai ficar bonita a coisa.

Claudia Weinman é jornalista,